CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
262ª SESSÃO
(SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - COMISSÃO GERAL)

Em 9 de Setembro de 2019

(Segunda-Feira)

Às 15 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Antes de iniciar e fazer a conversão de sessão plenária em Comissão Geral, gostaria apenas de fazer uma homenagem pública ao nosso amigo Gustavo Mourão, do Democratas, que faleceu ontem. Hoje foi o seu velório.

Muito entristece a todos do Democratas, no dia de hoje, ter perdido esse amigo que nos acompanhou durante tantos anos e que foi tão especial para todos nós.

Lamentamos muito e esperamos que Deus conforte a família e os seus amigos.

Peço que todos tomem os seus assentos e façam silêncio, por gentileza.

COMISSÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral com a finalidade de debater o licenciamento ambiental.

Sobre a mesa acha-se à disposição das Sras. e dos Srs. Parlamentares folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos — e a 5 minutos apenas. Eu não prolongarei o tempo de nenhum expositor devido à quantidade de expositores.

Portanto, peço muita atenção em relação ao tempo, pois quem não concluir o raciocínio no tempo ficará com o raciocínio incompleto.

Em seguida, falarão os Srs. Líderes de partidos, pelo tempo de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Passo então para o discurso do Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia:

"Senhoras e senhores, transformo, neste momento, a presente sessão ordinária em Comissão Geral para discutir o tema Licenciamento Ambiental.

Trata-se de discussão bastante oportuna na atual conjuntura, em que a opinião pública mundial levanta dúvidas sobre o nosso empenho em cuidar do meio ambiente, devido à ocorrência de queimadas na Amazônia. Em resposta, acredito que a Câmara dos Deputados deva emitir uma sinalização clara de nosso compromisso com a sustentabilidade desse bioma, cuja importância é vital para a manutenção do equilíbrio climático do planeta.

Por essa razão, retirei de pauta o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, e seus apensos, que têm por finalidade disciplinar o processo de licenciamento ambiental. Precisamos entender que, nas atuais circunstâncias, não devem ser colocados

em votação projetos tendentes a acirrar ainda mais os conflitos que influenciam o debate público nacional. A prudência recomenda priorizar as matérias que tenham condições de promover a unidade do Plenário e adiar qualquer outra que possa gerar polêmica e narrativas distorcidas sobre seus reais objetivos.

Com a retirada de pauta do PL nº 3.729/04 e a reabertura do debate sobre o seu texto, teremos agora a oportunidade de ouvir os interessados na agenda ambiental e de chegar o mais próximo possível de um consenso. Nosso propósito é a construção de um texto equilibrado, resultante do diálogo, que seja a expressão da vontade da maioria.

Infelizmente, até hoje, ainda não conseguimos chegar a esse ponto. Lembro que a matéria tramita aqui na Câmara desde 2004. Na tentativa de concluir o seu exame, instituí, em junho deste ano, um grupo de trabalho destinado a analisar o marco legal concernente ao licenciamento ambiental brasileiro e apresentar propostas para o seu aperfeiçoamento.

Mesmo assim, não foi possível construir desejada harmonia em torno do projeto. Temas como esse são muito complexos: é preciso tomar cuidado para não se deixar levar nem por aqueles que querem liberar tudo, nem por aqueles que não querem mudar nada.

A partir da realização desta Comissão Geral, teremos então condições de identificar o quanto do texto atual é resultado de decisões técnicas e o quanto de posturas ideológicas. O ideal é que sejamos capazes de tirar a questão ideológica do debate, a fim de garantirmos o estabelecimento de um sistema mais transparente, mais rápido e mais seguro para o licenciamento ambiental.

Não existe resposta fácil, mas tenho certeza de que, graças às sugestões que serão dadas por esta Comissão Geral, encontraremos o ponto de equilíbrio entre, de um lado, os justos clamores da opinião pública por proteção ao meio ambiente e, de outro, as legítimas demandas dos produtores rurais por regras claras de licenciamento ambiental, que lhes permitam investir e trabalhar com segurança.

Muito obrigado."

Sigo agora a lista de convidados e oradores inscritos, lembrando que não haverá tempo adicional; o tempo será de 5 minutos. Portanto, por gentileza, atentem-se todos os convidados ao tempo.

O primeiro convidado, indicado pelo Cidadania, é Nilvo Silva, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

Tem a palavra então o Prof. Nilvo, por 5 minutos.

O SR. NILVO SILVA - Deputado Kim, Deputado Rodrigo, Deputado Alceu, boa tarde a todos. Mais uma vez, eu venho de São Paulo aqui à Casa para falar os meus 5 minutos sobre licenciamento.

Eu participei das audiências públicas e participei de várias das discussões anteriores ao próprio grupo de trabalho e das audiências promovidas pelo Deputado Kim. E no tempo que tenho aqui farei apenas alguns registros mais gerais sobre onde nós estamos hoje, pelo menos com a quarta versão que nos foi disponibilizada.

O que eu digo aqui tem muito em comum com o que vários outros pesquisadores já disseram sobre o PL, em especial os pesquisadores reunidos sobre a Associação Brasileira de Avaliação de Impacto — ABAI.

A primeira questão importante é que nós temos 30 anos de discussão sobre o licenciamento e a produção de conhecimento no Brasil, e é preciso dizer que o PL, no estado em que está, não leva em consideração o conhecimento produzido no Brasil com a aplicação do licenciamento, nem o conhecimento produzido internacionalmente. Nós estamos fazendo um PL sem considerar evidências científicas, e isso, do ponto de vista da ciência e da pesquisa, é muito grave, sem falar, obviamente, nas consequências sociais e ambientais disso.

O segundo ponto importante é que o PL também não leva em conta a jurisprudência recente do Judiciário no Brasil em relação à constitucionalidade das isenções de licenciamento.

O terceiro ponto — e aí faço uma relação com a abertura, a leitura do texto do Presidente Deputado Maia —, na minha opinião, esse PL não moderniza, não desburocratiza, não possui a racionalidade técnica suficiente para melhorar o licenciamento no Brasil. Ele possui inconsistências sérias de texto, contradições internas que precisam ser corrigidas. Ele simplifica, ao restringir direitos e proteções importantes em relação à saúde e ao meio ambiente. E também poderá trazer prejuízos graves aos negócios brasileiros, já que ele estabelece um nível de exigência inferior ao praticado hoje no Brasil e muito inferior aos níveis demandados internacionalmente.

Então, do ponto de vista ambiental — e isso eu já disse aqui na própria audiência pública que nós realizamos, que V.Exa. realizou meses atrás —, todos nós temos concordância, um grande consenso, de que o licenciamento precisa ser organizado de forma que os empreendimentos com maior complexidade passem por um rigor maior, e os de menor complexidade possam ser licenciados de forma mais simples.

Ocorre que o grande critério que organiza o licenciamento é impacto ambiental, e os critérios ambientais estão praticamente ausentes do PL. Porte e potencial poluidor é um pedaço de impacto ambiental. Portanto, o PL adota como critério de

organização do licenciamento critério insuficiente e equivocado. Isso não está sendo só levantado por mim, mas foi levantado de forma muito clara pelo texto técnico da ABAI, que reúne pesquisadores do Brasil inteiro que trabalham com licenciamento ambiental e analisam a prática do licenciamento ambiental no Brasil.

Outra questão importante do PL: um dos grandes problemas apontados no licenciamento no Brasil é a elevada discricionariedade dos órgãos licenciadores. O PL, na verdade, amplia a discricionariedade. É muito simples ler no texto do PL “a critério do órgão licenciador; a critério do órgão licenciador.” Essa é uma contradição, nós vamos aumentar a discricionariedade e, obviamente, também os conflitos.

Outra questão importante é que mesmo o critério insuficiente de tipologias é remetido aos entes da Federação. Nós temos 6 mil entes da Federação no Brasil, e cada ente vai poder, de fato, definir seus próprios critérios, sua própria lista de tipologias a serem licenciadas e exigências. Isso vai levar à absoluta fragmentação da aplicação do licenciamento no Brasil, mas, mais do que isso, vai ao contrário das demandas que o próprio empresariado tem feito no Brasil e reclamado do famoso cipoal de regras.

É evidente que os órgãos federados devem ter a sua autonomia no sentido de estabelecer regras. Mas esse nível de fragmentação vai além do que seria razoável.

Portanto, analisando o PL, é da minha opinião que ele precisa ser muito mais discutido.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Prof. Nilvo.

Passo a palavra agora, também por indicação do Cidadania, ao Sr. Raul Silva Telles do Valle, Diretor de Justiça Socioambiental do WWF Brasil.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE - Boa tarde a todos.

Em nome do Deputado Kim Kataguiri, homenagem a todos os integrantes da Mesa e todos os presentes.

Vou tentar ser breve, já que temos 5 minutos.

Eu falo em nome do WWF Brasil, primeiro, dizendo que já participamos da audiência pública convocada sobre esse tema pelo Deputado Kim Kataguiri. E nós, assim como outras organizações, algumas das quais falarão aqui, nos engajamos ativamente na discussão desse tema, por entender que é um tema, por um lado, importante para o País — ou seja, talvez o licenciamento seja o principal instrumento de política ambiental que o País já tenha tido e conseguido construir e desenvolver nos últimos, talvez 30 anos —; por outro lado, porque o tema foi colocado na discussão, já na retomada dele pelo Presidente Rodrigo Maia e pelo Relator Kim Kataguiri, em termos que nos parecem apropriados, no sentido de conseguir desburocratizar, simplificar, avançar no licenciamento sem, no entanto, reduzir garantias ambientais e retirar desse instrumento a sua capacidade de exercer o controle de poluição e de atividades utilizadoras de recursos naturais. Nós acreditamos nisso. Acreditamos que, sim, é possível fazer uma nova lei que seja menos burocrática, que seja mais simples, mas que não perca a sua essência: que continuemos tendo um instrumento eficiente e que até ganhemos em eficiência para conseguir fazer o controle de poluição e de atividades que possam causar prejuízo ao meio ambiente. Nós acreditamos nisso de verdade, sinceramente. Sabemos que podemos ter menos estudos ou estudos com menos páginas, mas com mais essência. Foi isso o que nos atraiu e nos permitiu engajar-nos nessa conversa. Mas acredito que o projeto ainda tem algumas deficiências e pontos muito problemáticos que fazem com que ele esteja desequilibrado, e isso precisa ser resolvido o quanto antes.

Vou citar um caso aqui que me parece bastante grave — outros me seguirão e com certeza falarão de outros pontos. Acho que um aspecto bastante problemático que há no projeto é a desconsideração dos impactos indiretos. Pode parecer algo acadêmico, pode parecer algo da teoria, mas é algo muito concreto. Isso é muito diretamente relacionado com o nosso dia a dia.

Primeiro, é importante deixarmos claro que isso, a meu ver e ao ver de vários juristas, é algo inconstitucional, porque a Constituição brasileira diz que todos os impactos que ocorram de qualquer empreendimento, qualquer política, têm que ser avaliados. Se é direto ou indireto, isso é algo menos relevante, o importante é que todos têm que ser avaliados, todos têm que ser endereçados. Portanto, há uma fragilidade jurídica essencial ao se retirarem os impactos indiretos da avaliação de impacto ambiental. Mas isso é um argumento jurídico. É sempre quase que um argumento de força, quando não se quer entrar no mérito. Eu queria entrar no mérito, eu queria dizer que isso é um problema prático para nós.

Muito se fala do primeiro impacto diretamente relacionado com isso, que tem a ver com o asfaltamento, a abertura de rodovias na Amazônia. Isso é o que mais vem à mente, o que mais se tem falado na imprensa. Só na BR-319 — dizem que esse dispositivo talvez tenha mirado nessa rodovia —, o desmatamento decorrente da ocupação de terra, viabilizada com o asfaltamento, com a abertura de parte dessa rodovia que hoje está parcialmente intransitável, vai gerar, num cenário de baixa governança, um desmatamento, em 20 anos, do tamanho da Suíça, só no entorno dessa rodovia.

Portanto, verificar esse impacto é algo fundamental para avaliar o que se faz: se se asfalta, se não se asfalta, como se asfalta, e que medidas de controle têm que ser tomadas. E não é para não haver o empreendimento, mas, sim, para que isso possa ser avaliado e endereçado. Mas não é só na Amazônia que isso traz problema. Imaginemos, por exemplo, um empreendimento, uma fábrica de cimento que queira se instalar em Campos do Jordão, estância turística de São Paulo. Se não se avaliar o impacto indireto disso, vai-se avaliar o quanto tem de poluição, se cumpre com as regras do CONAMA, mas não se avaliará, por exemplo, se aqueles poluentes e o cheiro decorrente de uma cimenteira perto de Campos do Jordão, uma estância turística, vão afetar o turismo. Seria desconsiderar completamente todo o impacto econômico que a instalação de um empreendimento pontual traria ao turismo de uma região. Poderíamos trazer isso para casos de empreendimentos em alto-mar, que vão chegar à praia e afetar estâncias turísticas também. Eu poderia falar de termelétricas, cujo efeito pode ser sobre os agricultores da bacia aérea que estão ali no entorno, que vão ter prejuízo com a fuligem que sai dali. Você não vai avaliar isso, porque tudo isso é impacto indireto.

Então, eu queria aqui terminar dizendo que isso é um ponto importante. Eu sei que o Relator sabe disso e eu tenho certeza de que podemos avançar e chegar a um bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Dr. Raul.

Passo agora a palavra, por indicação do Presidente da Casa, ao Sr. Germano Luiz Gomes, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais.

O SR. GERMANO LUIZ GOMES VIEIRA - Boa tarde a todos os senhores e ao Deputado Kim Kataguiri, que preside esta sessão. Cumprimento todos os senhores e as senhoras, nas pessoas dos Deputados Federais mineiros, o Deputado Zé Silva, o Deputado Domingo Sávio e os demais componentes da Mesa.

Eu represento aqui a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA. Temos 48 associados, 27 Secretários de Estado, a administração direta, e mais algumas entidades vinculadas.

Em 2013, nós fizemos um levantamento sobre novas propostas para o licenciamento ambiental do Brasil. E, infelizmente, 6 anos depois elas continuam no livrinho e chamadas de novas, porque, até o momento, nós não conseguimos avançar pragmaticamente numa lei que se diz geral para o licenciamento ambiental no Brasil inteiro.

Não raro, senhores e senhoras, se atribui ao licenciamento a pecha de ser a grande trava do desenvolvimento deste País. A verdade é que o licenciamento ambiental, hoje em dia, acaba por ser considerado, por nele haver uma supervalorização de uma rotina administrativa, deixando no licenciamento questões finalísticas que são muito mais extensas, muito mais complexas do que propriamente um procedimento administrativo.

É fato que o quantitativo de normas que regem a matéria cresceu de forma significativa nos últimos anos, por vezes um emaranhado de princípios, normas, que deveriam orientar a segurança jurídica, os agentes públicos e quem quer investir neste País. Na verdade, a coisa vai para o lado contrário. É uma insegurança jurídica; há uma falta de investimento, sobretudo por não se conhecerem as regras. Eu digo que o licenciamento é como um jogo de futebol que você começa a jogar sem saber as regras do impedimento. Sabe como é que vai começar, mas nunca sabe como o juiz vai decidir determinadas matérias.

No dia 27 de agosto, nós protocolizamos um documento junto à Presidência da Casa com seis pontos muito específicos que nós gostaríamos de ver contemplados na presente lei. Um deles é que de fato ela fosse uma lei geral e que trouxesse uma segurança jurídica tanto aos empreendedores quanto às autoridades que licenciam.

Segundo, era necessário garantir a autonomia dos Estados na definição dos estudos e nas modalidades de licenciamento, para que se permitisse adequação para cada tipo de empreendimento ou atividade, exatamente a modalidade correta e os estudos adequados. No entendimento dos Estados, a guerra ambiental, de que tanto se fala, virou mais uma narrativa do que propriamente a prática, porque as regras ambientais se aplicam decorrentes da presença ou da ausência de recursos naturais.

Então, não dá para comparar um Estado com outro, pois em um Estado há patrimônio espeleológico, em outro Estado há o bioma Mata Atlântica, no outro Estado há regras específicas. As próprias regras de direito material já conduzem o desenvolvimento em determinadas regiões do nosso País.

Terceiro, deve ser estabelecido o tratamento adequado — nós entendemos que sim — aos empreendimentos agrossilvopastoris, porque neles há algumas especificidades que não há em outros setores. Independentemente da dispensa de licenciamento hoje para o plantio, não há nenhuma necessidade de licenciar especificamente plantio de café, plantio de soja, plantio de milho, sendo que a própria regularização do solo em uso de áreas de preservação permanente, reserva legal, hoje nós conseguimos fazer através de outros instrumentos de tecnologia, mas não podemos esquecer as

infraestruturas associadas, potencialmente poluidoras, como irrigação, postos de combustíveis, desmatamento, para os quais há autorizações específicas, e uso da água também com autorizações específicas.

Acreditamos que está havendo uma sobrevalorização do que de fato deve ser licenciado nesse segmento.

A definição dos participantes do licenciamento ambiental também deve gozar de participação específica, porque há um quadro de profunda confusão institucional que está tornando os licenciamentos uma verdadeira disputa por órgãos públicos no protagonismo de determinadas questões. Muitas delas são de cunho de uma governança ambiental.

Além disso, nós entendemos que após 30 anos, quase 40, da Política Nacional de Meio Ambiente, infelizmente, nós estamos tratando o licenciamento ambiental como o instrumento mais importante da política, sendo que ele deveria ser integrado com os demais instrumentos previstos na própria Lei nº 6.938, de 1981.

Nós entendemos que não devemos retardar a adoção das medidas políticas e institucionais, normativas e operacionais, que são reclamados pelo aperfeiçoamento. Foi importante um avanço da legislação ambiental em 1980 e 1990, mas nós estamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Secretário Germano.

Agora passo a palavra, pela indicação do PSOL, ao Sr. Cristiano Vilardo, Analista Ambiental da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros do IBAMA e representante da Associação Nacional dos Servidores Ambientais, a ASCEMA.

Lembro aos convidados que o tempo não fica disponível apenas no painel, mas também logo à frente dos senhores, aqui na mesa.

O SR. CRISTIANO VILARDO NUNES GUIMARÃES - Uma boa tarde a todas e a todos. Cumprimento os Deputados presentes à Mesa, em nome do condutor dos trabalhos, Deputado Kim Kataguiri. Agradeço o convite da bancada o PSOL para me fazer representar aqui a Associação Nacional de Servidores do IBAMA e do ICMBio, o que muito me orgulha.

Agradeço também, preliminarmente, aos Deputados Talíria Petrone, Nilto Tatto e Rodrigo Agostinho pela sua atuação importante de resistência no Grupo de Trabalho que discutiu esse projeto de lei. Acho que sem essa trinca nós não estaríamos aqui ainda tendo a chance de discutir esse importante projeto.

Agradeço também preliminarmente às organizações e instituições que se fizeram, de boa-fé, representar ao longo desse apressado processo de consulta pública desse projeto de lei.

Vivemos tempos muito difíceis, em que o óbvio precisa ser dito, e o óbvio neste caso é que este projeto de lei, nos termos em que está colocado, é um desastre. Ele é uma tragédia. A versão nº 4 que saiu como relatório do Grupo de Trabalho é uma tragédia que destrói o licenciamento ambiental tal como o conhecemos.

O licenciamento ambiental é realizado por alguns Estados há mais de 40 anos no Brasil, e vem sendo aperfeiçoado ao longo desse tempo. Hoje em dia, ele é realizado em nível federal, em todos os Estados da Federação, e em centenas de Municípios. Ele é a última e, na maioria dos casos, a única linha de proteção da sociedade em relação a empreendimentos potencialmente poluidores do meio ambiente. Ele é, com todos os problemas, muitas vezes o único espaço onde a sociedade, onde a comunidade pode se manifestar sobre políticas públicas que a afetam direta ou indiretamente. E de todos os problemas que o licenciamento tem, a falta de uma lei geral não é um deles; certamente, não um dos mais relevantes.

Não quero dizer com isso que não precisamos aprimorar o licenciamento, muito pelo contrário. Na verdade, há relativo consenso entre os especialistas sobre o que precisa ser feito. Se perguntarmos para quem entende de licenciamento, a resposta provavelmente envolve fortalecer os órgãos ambientais licenciadores e os órgãos envolvidos no processo do licenciamento; qualificar os estudos de impacto ambiental; aperfeiçoar a participação do público e a transparência do processo; aprimorar os processos de planejamento setorial, antecipando a inserção da variável ambiental no processo decisório; utilizar as novas tecnologias para qualificar a avaliação de impactos e riscos ambientais.

Desses pontos, provavelmente consensuais entre quem trabalha na área, o atual texto do projeto de lei não contempla nenhum. Muito pelo contrário: transforma o licenciamento ambiental numa exceção, ao invés de regra; reduz a participação da população e de órgãos envolvidos no licenciamento como a FUNAI e o ICMBio. Tudo movido por uma obsessão pela simplificação extrema e pelo atendimento de interesses de segmentos atrasados do agro e de segmentos irresponsáveis da indústria.

A quem interessa um licenciamento ambiental que não protege o meio ambiente e as populações tradicionais? A quem interessa um licenciamento incapaz de impedir novos crimes como os de Mariana, Brumadinho e Belo Monte?

Por isso, é importante que fique claro que a atual versão do projeto de lei encaminhado pelo Relator significa menos proteção ambiental e menos segurança jurídica. Mesmo a anunciada e desejada redução dos prazos não deve se concretizar, em função dessa insegurança jurídica.

O substitutivo proposto pelos Deputados Nilto Tatto, Rodrigo Agostinho e Talíria Petrone também não é o projeto de lei dos sonhos, mas é muito superior ao texto do Relator por um motivo muito simples: esse substitutivo considerou as contribuições do processo de consulta pública, as opiniões de especialistas e pesquisadores. Até nisso o processo aqui discutido revelou sua obsessão pelo atalho, no lugar do rigor técnico e do interesse público, bem ao feitio dos tempos que vivemos, com um processo de consulta pública *fake*. O Relator fingiu escutar as contribuições para depois consolidar um texto que parece escrito pela bancada ruralista ou por empreiteiras.

Por isso, dizemos "não" ao projeto de lei do licenciamento ambiental como encaminhado pelo Relator e denunciamos a farsa da consulta pública...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Passo a palavra agora ao advogado Marcos Saes, indicação do Republicanos.

V.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. MARCOS SAES - Sr. Presidente, Deputado Kim Kataguiri, na pessoa de quem saúdo a Mesa, tivemos a oportunidade de conversar diversas vezes nesse período, inclusive nas audiências públicas que ocorreram nesta Casa. Parabênzo V.Exa. pela condução dos debates sobre este projeto, Deputado, com ampla participação popular.

Inicialmente, gostaria de destacar a importância desta lei. Como bem dito, ela não substitui a gestão ambiental e não substitui a necessidade de fortalecimento dos órgãos ambientais, mas, certamente, é necessária, porque precisamos — e todos os envolvidos precisam disso, Sr. Presidente — saber as regras do jogo.

Ter uma lei que estabeleça procedimentos para o licenciamento ambiental é importante para o empreendedor, é importante para o investidor e, como disse o Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais e Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA, é importante para os servidores dos órgãos ambientais que têm a incumbência da atividade fiscalizadora, pela necessidade que têm de saber as regras do jogo. Eu destaco que nós temos no País mais de 70 mil normas sobre o tema. É impossível lidar com esse emaranhado de normas sem uma lei geral. E ela é importante e necessária também para o Ministério Público, órgão que tem constitucionalmente garantida a função de fiscal da lei, Sr. Presidente. É preciso ter essa lei para se fiscalizar. Não se pode ficar no limbo, como eu disse, dessas 70 mil leis. E, por fim, ela é importante para o Poder Judiciário, que tem que fazer o controle da legalidade e da aplicação da lei. Esta lei deve ser elaborada — e faço essa reflexão —, pensando-se no meio ambiente, na sociedade e no poderio econômico, que é o tripé da sustentabilidade. Não existe sustentabilidade sem se levar em consideração também o aproveitamento do meio ambiente para o desenvolvimento econômico sustentável e correto.

Outra questão, Sr. Presidente, muito importante a destacar e que ouvi em algumas falas anteriores é que se trata de uma lei procedimental, e não de uma lei que esteja autorizando a supressão de vegetação ou a diminuição de reserva legal ou de florestas no País. Trata-se de uma lei procedimental. Daí a sua importância. E assim ela deve ser percebida.

Sr. Presidente, é importante essa simplificação do licenciamento ambiental. A indústria nunca defendeu flexibilização de regras para licenciamento ou o não licenciamento. Ela defende, sim, uma simplificação da legislação. Como eu disse, isso é importante para toda a cadeia envolvida. E, nessa simplificação, como dito aqui tanto pelo Presidente da ABEMA como pelo representante dos servidores dos órgãos ambientais federais, o que se tem que fazer é trazer para a lei as melhores práticas, como dito, que têm sido desenvolvidas pelos órgãos há 40 anos. Isso significa trazer para a lei a Licença por Adesão e Compromisso e os exemplos positivos, assim como trazer a Licença Corretiva, com os exemplos corretivos. Não é hora de se inovar e de se fazerem tentativas. É hora, sim, de se olhar para os órgãos ambientais que fazem o licenciamento e trazer para o regramento nacional aquelas experiências que já deram certo e que conseguiram fazer com que ocorra o desenvolvimento sustentável. Novamente resalto que é importante utilizar o meio ambiente da forma correta, preservando-o para as presentes e futuras gerações.

Outra questão, Sr. Presidente, muito falada é a participação dos intervenientes. Precisamos de uma lei que respeite a Constituição, uma lei que respeite o pacto federativo, uma lei que esteja em consonância com a Lei Complementar nº 140. A Lei Geral do Licenciamento Ambiental não deve criar nem tirar competência de ninguém. Ela deve, sim, respeitar aquilo que a Constituição e a lei complementar já estabeleceram.

Há outras questões trazidas aqui, já faladas, como os impactos diretos e indiretos. Digo novamente: essa questão está consolidada no País. Por isso, não estou me atendo... Como o Deputado Kim disse, o projeto já está na quarta versão, e

ele disponibilizou a primeira, a segunda, a terceira e a quarta. Isso é histórico nesta Casa. A participação da sociedade civil se deu em todas as edições dessas quatro versões do projeto de lei. Então, não vou me ater à quarta. O que eu vou dizer, Srs. Deputados, é que por tudo o que foi feito, há muito material, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para trazer ao debate, sim. Por quê? Porque o problema da Amazônia não é ter ou não a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O que precisamos no País é ter essa regra, senão o investimento estrangeiro não vem. Terminei parafraseando Winston Churchill, no final da Segunda Guerra, quando ele disse: *"Isto não é o fim, nem sequer é o começo do fim. Mas é, talvez, o fim do começo"*.

Que a lei venha para dar uma diretriz básica para que os órgãos ambientais possam licenciar, e nós possamos, sem ideologia, mas seguindo a Constituição, ter desenvolvimento sustentável para as presentes e as futuras gerações, porque pobreza não traz meio ambiente para ninguém. Que façamos o desenvolvimento sustentável...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Dr. Marcos Saes.

Por indicação do Solidariedade, concedo a palavra ao Sr. Marzola Júnior, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente da Prefeitura de Araguaína, Tocantins. *(Pausa.)*

O Sr. Marzola Júnior está presente? *(Pausa.)*

Não está presente.

Por indicação do PDT, concedo a palavra ao Sr. Assis do Couto, ex-Deputado Federal.

O SR. ASSIS DO COUTO - Boa tarde, senhores e senhoras. Saúdo todos os presentes. Quero cumprimentar o Deputado Kim Kataguirí, que preside esta Comissão Geral, e assim cumprimentar todos da Mesa. Quero cumprimentar também e agradecer ao PDT, na pessoa do Líder André Figueiredo, por ter nos convidado para este debate tão importante no dia de hoje.

É claro que 5 minutos para falar de um tema tão complexo e tão importante é pouco, mas eu quero destacar aqui pelo menos alguns pontos que eu acho fundamentais.

Primeiramente, antes de entrar nos temas mais técnicos do projeto de lei, eu quero destacar as grandes preocupações ambientais que toda a sociedade brasileira e o mundo inteiro vivem. O Brasil, nos últimos dias, inclusive, tem chamado a atenção do mundo inteiro nesse tema. Quanto a estas preocupações, pelo menos três pontos são fundamentais para refletirmos aqui. O primeiro deles é o desmatamento da Amazônia. Acho que o que mais está em pauta hoje são as queimadas e o desmatamento na Amazônia. Isso não é religião. Isso afeta, sim, parte importante da economia. Já que estamos falando em licenciamento para melhorar o desempenho da economia, lembro que essa situação afeta a economia brasileira. Alguns não acreditam nisso, mas os dados estão aí para provar.

O segundo ponto é o descontrole no uso de agrotóxicos no Brasil. Eu sou agricultor. Eu nasci e cresci na agricultura. Mas aumentamos desastrosamente o uso de agrotóxicos nos últimos anos! Isso está afetando questões estratégicas fundamentais, como é o caso, por exemplo, da morte de abelhas. Todo mundo sabe o que é isso. Alguns não querem acreditar, mas isso é um desastre ambiental e de segurança alimentar que se avizinha no País.

Há também a contaminação das águas. Pelo que vi, o pessoal do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano — SISAGUA, do Ministério da Saúde, também vai falar nesta audiência. Em 1.396 Municípios no País, a água tem 27 tipos de agrotóxicos, muitos deles proibidos no mundo inteiro, principalmente na União Europeia. Alguns têm alto teor de toxicidade.

Os desastres também são um ponto fundamental. Eu estive em Brumadinho, mesmo já não sendo mais Deputado, e pude ver de perto o que é um crime ambiental e significa a falha do sistema de licenciamento e acompanhamento de uma obra como aquela. Isso tudo me parece que para alguns passa batido.

Fazer um debate sobre a Lei do Licenciamento Ambiental sob a ótica de melhorar o desempenho da economia é um equívoco neste momento. Essa é a minha opinião e a opinião do meu partido. Quais são os problemas do desempenho da economia brasileira? Baixo desenvolvimento em ciência e tecnologia; altas taxa de juros; e exportação. Nós viramos um grande país exportador de matérias-primas. Inclusive, se analisarmos esse dado, veremos que nós estamos vivendo a chamada doença holandesa da década de 60, época na qual a Holanda se afundou, exportando gás e petróleo. Nessa época, ela não gerou empregos e não se industrializou. Nós hoje somos vítimas da nossa riqueza natural, ambiental.

Por fim, eu quero apenas destacar aqui alguns pontos do projeto — alguns já foram falados, outros ainda vão ser abordados.

O primeiro é a questão dos impactos diretos. Isso já foi falado aqui. Outro ponto, meu caro Relator, é o fato de que qualquer flexibilização para Estados e, principalmente, para Municípios pode virar uma guerra antiambiental. Hoje temos a guerra fiscal e agora vamos possibilitar a existência de uma guerra antiambiental.

A questão da flexibilização para rodovias já foi tratada.

Nós temos, na nota técnica do PDT, dez pontos do parecer a este projeto dos quais nós discordamos. Essa é a nossa contribuição e a nossa opinião.

Agradeço ao meu partido, o PDT, por ter me dado esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado.

Eu passo a palavra agora, por indicação do PV, ao ex-Ministro José Sarney Filho.

V.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Agradeço ao Partido Verde, na pessoa de sua Líder, a Deputada Leandre Dal Ponte, o convite para participar desta Comissão Geral.

O desafio do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental, esse instrumento fundamental para a gestão ambiental, não é simples. Instituído por meio da Lei nº 6.938, de 1981, como um dos instrumentos da política ambiental brasileira, diversos foram os dispositivos infralegais que buscaram regulamentar o licenciamento ambiental, como decretos e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, sem contudo se aprovar uma lei específica que estabelecesse diretrizes gerais de caráter nacional.

Em paralelo, os Estados avançaram em legislações próprias, sem guardar referências e orientações minimamente padronizadas, a fim de não gerar distorções e procedimentos diferenciados, o que poderia levar ao que se conhece como guerra ambiental. Isso impõe a necessidade de uma legislação específica sobre o assunto que institua regras mínimas de abrangência nacional.

Somente com normas gerais uniformes válidas para todo o País podem se assegurar ambientes regulatórios e institucionais estáveis que proporcionem maior segurança jurídica e desburocratização.

Diante desse quadro, desde o início da minha segunda gestão no Ministério do Meio Ambiente, mobilizei a equipe do MMA e do IBAMA para a elaboração do texto de uma lei geral do licenciamento ambiental. O objetivo era aperfeiçoar e otimizar processos, torná-los mais ágeis, eficazes, eficientes, transparentes e coerentes tecnicamente, sem descuidar, contudo, da atenção à proteção ao meio ambiente. Sobretudo, tivemos o cuidado, a cada ponto, de avaliar a conformidade legal dos instrumentos propostos, de forma a não criar insegurança jurídica e judicialização dos processos.

A última versão do substitutivo para o PL 3.729/04 de que eu tive conhecimento configura-se o oposto disso, pois além de trazer dispositivos que padecem de incoerências internas e equívocos flagrantes, acaba por impor o descumprimento do art. 225 da Constituição Federal, a partir do momento em que restringe, em vários aspectos, a defesa e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito a ser garantido a todos os brasileiros.

Um dos principais desafios é disciplinar o procedimento e a manifestação dos órgãos envolvidos no processo. Nesse sentido, nossa proposta inovou ao trazer para o texto da lei a correlação causa e efeito, tanto para o tipo de procedimento a ser aplicado quanto para a determinação de exigências ao empreendedor. Assim, não seriam imputadas ao empreendedor obrigações e responsabilidades que não guardam relação com os impactos do empreendimento.

Estabelecemos um conceito pelo qual todo processo se inicia e é finalizado no órgão licenciador, sob sua coordenação. E cabe a ele demandar e analisar manifestação dos demais órgãos envolvidos, que teriam prazos bem definidos e desvinculados das fases do licenciamento — é o famoso balcão único.

Como toda lei de alcance nacional, no campo das atribuições legislativas concorrentes, a Lei Geral do Licenciamento não deve esgotar a capacidade de os entes federados estabelecerem regras adequadas às suas peculiaridades regionais e locais. De toda forma, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no exercício da sua competência constitucional, devem respeitar a lei nacional.

O texto que propusemos prevê regras claras, incluindo a introdução de processos inovadores, como a adoção de procedimentos simplificados, até mesmo em fase única, e eletrônicos. A Licença por Adesão e Compromisso, no entanto, só deveria ser aplicável nos casos muito simples, em que são conhecidos todos os efeitos de uma tipologia de empreendimento sobre o território de sua implantação. A Licença por Adesão e Compromisso agora proposta não observa essa ressalva, pois é admitida até mesmo para empreendimentos de significativo impacto, como a ampliação

e pavimentação de rodovias na Amazônia. A conferência de informações para expedição de Licença por Adesão e Compromisso seria feita por amostragem, o que reduz drasticamente a força do licenciamento.

De maneira semelhante, o substitutivo, no art. 59, reformula e restringe a responsabilidade civil por dano ambiental...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Desculpe, Ministro. Não posso abrir exceções.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO - Sr. Presidente, gostaria que constasse nos Anais a íntegra do meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Perfeito. Sem problemas.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO - Também peço a V.Exa. que dê uma lida especial neste discurso.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Esta Presidência garante que a leitura será realizada.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Passo a palavra agora para a Sra. Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica.

A SRA. MALU RIBEIRO ARCHIVES - Boa tarde, Deputados, colegas ambientalistas, organizações presentes, Sr. Deputado Relator Kim Kataguirí.

Agradecemos a oportunidade de a SOS Mata Atlântica voltar a reiterar os princípios fundamentais da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que, por 12 reuniões e discussões públicas nesta Casa e outra em Campinas, São Paulo, durante o evento da ANAMMA, pudemos explicitar.

É extremamente importante — e grifo isso aqui — que, no art. 1º, dentre os princípios do licenciamento ambiental, estejam: o princípio da participação pública, ou seja, da participação da sociedade; o princípio da precaução e da prevenção do dano ambiental; e o princípio da análise integrada dos impactos ambientais.

Esses princípios estavam previstos até a terceira versão do texto do Relator. Mas, infelizmente, perdemos, na atual redação do art. 4º, o principal elemento de participação da sociedade, Deputado Kim. Foi excluída do § 1º da atual redação do art. 4º a participação dos conselhos deliberativos dentre os entes que vão definir as tipologias das atividades e dos empreendimentos passíveis de licenciamento.

Ao excluir os conselhos deliberativos, exclui-se a participação da sociedade civil, da comunidade científica, das associações de pesquisa, dos órgãos técnicos. É fundamental que, para seguir os preceitos do preâmbulo da Lei Geral, os conselhos deliberativos do Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA voltem a figurar dentre os entes que vão definir aquilo que é impacto ambiental.

Mantém-se ainda no art. 17 a desvinculação entre certidão de uso do solo e outorga. Chamamos a atenção novamente para a outorga do uso da água. A gestão integrada preconizada no art. 1º que não se dará o licenciamento ambiental a empreendimentos e atividades de alto, médio e baixo impactos que não levarem em consideração as outorgas, especificamente a outorga de uso da água.

Por fim, pela necessidade do Brasil, infelizmente, neste momento de difícil retrocesso que vem sendo imposto pelo Governo Federal, com base em um mau entendimento do papel da sociedade civil e das organizações não governamentais, ocasionando um verdadeiro desmonte, uma implosão da gestão ambiental brasileira, o Parlamento se torna o fiel da balança. Cabe a esta Casa impedir grandes retrocessos, mostrar que o Brasil não é um país que renega as suas florestas, que renega os seus povos tradicionais, os índios e as organizações civis.

Estamos aqui, Deputados, com o texto em suas mãos. Cabe a esta Casa garantir que esses princípios sejam respeitados. A gestão integrada preconizada através do SISNAMA é uma conquista da sociedade civil desde a Constituição de 1988. A participação social se dá por meio dos conselhos deliberativos: os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Infelizmente, a participação da sociedade civil foi transformada, Deputado Kim, num verdadeiro bingo: escolhem-se as organizações que participam do CONAMA por meio de um sorteio altamente equivocado. V.Exa. tem a chance de rever a redação do art. 4º e de acabar com essa distorção.

A comunidade científica, as organizações ambientais e as organizações civis estão aqui para contribuir, para garantir transparência, garantir prevenção e garantir acima de tudo que os preceitos constitucionais sejam respeitados. Acreditamos que V.Exa. pode rever esse texto, voltando-o no mínimo para a terceira versão, trazendo a possibilidade de outorga como instrumento extremamente importante da gestão integrada e, sobretudo, garantindo a participação da sociedade nesse processo, com transparência e respeito a toda a história que desde a Constituição de 1988 esta Casa nos ajudou a escrever.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Dra. Malu.

Passo a palavra agora ao Sr. André Lima, consultor em política, gestão e direito socioambiental, indicado pelo Patriota.

O SR. ANDRÉ LIMA - Deputado Kim Kataguiri, cumprimento todos da Mesa na pessoa dos nossos amigos Deputados Rodrigo Agostinho e Nilto Tatto. Falo aqui não só como representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade, mas também na condição de ex-Secretário do Meio Ambiente, durante 3 anos, no Distrito Federal, onde tive a oportunidade não só de implementar a legislação de licenciamento ambiental, mas também de aprimorá-la.

Dado o pouco tempo que temos hoje para falar, vou buscar ser bastante objetivo e destacar cinco pontos que conferem insegurança jurídica à última versão do projeto à qual tivemos acesso, que é o quarto substitutivo do Deputado Kim Kataguiri.

O primeiro ponto já foi falado, mas é preciso repetir, porque continua a insegurança. Refiro-me aos impactos indiretos.

Impactos indiretos são impactos, portanto, não são necessariamente insignificantes. E, segundo a Constituição Federal, precisam ser avaliados, precisam ser mitigados, precisam ser compensados. E o único jeito de fazê-lo é considerando o licenciamento ambiental.

O segundo aspecto diz respeito à Licença por Adesão e Compromisso, que nós, no Distrito Federal, incorporamos na nossa legislação, na Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico. Portanto, o licenciamento ambiental faz parte do instrumento de desenvolvimento territorial do Distrito Federal, mas não para empreendimentos de médio impacto, que são mais de 50% dos empreendimentos em licenciamento no Distrito Federal — aliás, no Distrito Federal não, mas no Brasil, na média.

O terceiro aspecto é que, agora, fica agravada a utilização da Licença por Adesão e Compromisso por um detalhe que foi colocado no substitutivo e que, pelo que eu vi, quase ninguém percebeu. A LAC agora virou LASC, uma "Licença Ambiental por Adesão sem Compromisso", porque retiraram o termo de compromisso. Não sei se vocês perceberam que, pelo art. 23, § 2º, quem vai se lascar, possivelmente, será o nosso desenvolvimento econômico.

O quarto aspecto diz respeito à insegurança jurídica e à proliferação normativa. Falou-se que a demanda aqui é limitar, resumir o cipoal de legislação. Mas, aprovado este substitutivo, nós vamos ter 5.800 gestores políticos definindo tipologias de licenciamentos, critérios específicos, situação agravada por outro componente que poucos perceberam e que está no art. 25. Ali se cria agora a figura do empreendimento de utilidade pública. Portanto, poderá haver regulamentação específica, feita por Prefeitos, Governadores e Presidente da República, por decreto. Será possível ter um regramento em paralelo de licenciamento ambiental para empreendimentos considerados de utilidade pública. Isso está no art. 25 do quarto substitutivo do Deputado Kim Kataguiri.

Já vimos aqui, na véspera da Copa do Mundo, que estádio de futebol em área de mangue era considerado de utilidade pública. Então, é mais um elemento que considero que certamente pode ser melhorado.

Vou resumir, para não usar meus 5 minutos, dizendo que há vários outros aspectos de que certamente outros falarão aqui. Possivelmente, o Mauricio Guetta vai falar, por exemplo, a respeito da problemática das unidades de conservação em territórios quilombolas e de populações tradicionais.

Fica muito claro que, apesar do esforço do Deputado Kim em realizar quase dez audiências públicas e divulgar antecipadamente os quatro substitutivos apresentados até agora, nós ainda estamos longe de ter um texto que reflita o discurso e a narrativa da segurança jurídica, da efetividade do licenciamento ambiental e do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a segurança do meio ambiente.

Então, eu reforço aqui o que pedi ao Deputado Kim Kataguiri, com muito respeito, na primeira reunião que tive com ele. Eu disse a ele: "*Deputado, o senhor é um cara de muita coragem, porque para pegar esse tema sem ter*" — naquele momento ainda — "*conhecimento profundo da matéria é preciso muita coragem. Mas também é preciso muito juízo, muito juízo*".

Eu sei que o Deputado ainda tem chance de mostrar que vem com essa força e esse vigor da juventude para dentro desta Câmara para mostrar que o futuro é tão importante quanto o passado e o presente. E o licenciamento ambiental faz parte da construção desse futuro.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Sr. André Lima.

Antes de passar a palavra ao Sr. Mateus Salomé, eu quero parabenizar o André pelo trocadilho. Eu sou um grande fã de trocadilhos. E quero dizer que o Deputado Rodrigo Agostinho levantou essa preocupação em relação ao termo de compromisso da LAC, o que já foi corrigido para a quinta versão do texto. Obrigado pela contribuição.

Agora, por indicação do PSL, passo a palavra ao Sr. Mateus Salomé, Secretário de Gestão Ambiental e Desapropriação do Ministério da Infraestrutura, por 5 minutos.

O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL - Boa tarde, Deputado! Boa tarde a todos os presentes!

Primeiramente, eu gostaria de falar, em nome do Ministério da Infraestrutura, como contraponto à crítica de que o trabalho do Deputado Kim não tem sido feito com participação popular, que eu poucas vezes vi discussão de um tema neste Congresso que tenha tido tanta participação. Eu mesmo — ou alguém da minha equipe no Ministério — estive em todas as dez reuniões do grupo de trabalho. E é importante dizer que essas discussões não se iniciaram hoje. Elas se iniciaram em 2004. Isso já tem sido discutido por muito tempo. Mesmo assim, foi estabelecida uma agenda grande de reuniões, e o tema está sendo discutido aqui hoje numa Comissão Geral no plenário, o que poucas vezes eu vi acontecer para um tema como este.

Em relação ao projeto de lei, como já foi até falado por algumas pessoas aqui na frente, é necessário que ele considere os avanços e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. O projeto de lei não pode ser simplesmente uma cópia da Resolução CONAMA nº 1, em junção com as demais normas de licenciamento ambiental.

Existe um conhecimento construído ao longo desses anos de aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente, e é preciso usar esse conhecimento, não para trabalhar caso a caso, mas sim para trazê-lo para o projeto de lei, a fim de que nós partamos do ponto em que estamos em termos de conhecimento. Talvez não partamos da fronteira, mas é preciso partir de algum ponto dessa evolução. Esse é um ponto muito importante.

O que todo mundo ressalta — e nós principalmente ressaltamos isso, desde o primeiro momento — é que não se busca aqui simplesmente uma simplificação do licenciamento ambiental e uma redução das medidas de proteção ambiental, mas, sim, que o processo de licenciamento seja claro e célere.

Hoje nós estamos, no Brasil, com o maior programa de concessões do mundo e precisamos de previsibilidade. Nenhum investidor do mundo vai investir num processo que não seja previsível.

O próprio Relator do projeto, o Deputado Kim, disse em algumas reuniões que se estima a existência hoje de algo em torno de 70 mil normas sobre licenciamento ambiental no Brasil. Então, nós temos, sim, que reduzir essa legislação. Temos, sim, que trabalhá-la. E o foco tem que ser no procedimento.

O que temos discutido muitas vezes é apresentado como redução das medidas. Mas não temos que reduzir as medidas. Temos, sim, que reduzir a burocracia que existe e que não é necessária mais. Temos que trabalhar a seguinte questão: "*Será que é necessário realizar todos os estudos que são exigidos? E quais são as medidas realmente necessárias?*"

Um ponto relativo a isso — mas não só esse — em todo projeto de lei é a questão da LAC. A LAC não trata de uma casinha ou de um empreendimento aqui ou ali. A LAC é para empreendimentos de que se conhecem os impactos ambientais, então não seria preciso fazer um estudo ambiental para identificar impactos ambientais que já se conhece. O que estamos fazendo é gastar o dinheiro ou do empreendedor privado ou do ente público. Se é dinheiro público, dinheiro do Governo Federal, ele poderia estar sendo utilizado na proteção do meio ambiente, mas é utilizado para fazer estudos que muitas vezes não trazem efetividade ambiental. Então, o que se propõe muitas vezes é: por que não focar na efetividade do projeto, e não no procedimento em si sempre? Essa é a questão. Não estamos falando em flexibilização do processo de licenciamento. O principal ponto aqui é trabalhar um processo de racionalização, eu diria, trabalhar nos procedimentos e garantir que existam medidas eficazes.

Foi apresentada uma questão por alguém que falou antes de mim, e eu quero lembrar que o licenciamento ambiental não é o único instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. Às vezes nós nos esquecemos disso. Há momentos em que achamos que o licenciamento ambiental é o único instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Nós, do Ministério da Infraestrutura, queremos construir cada vez mais empreendimentos sustentáveis, empreendimentos que conversem mais com as comunidades e que protejam mais o meio ambiente com medidas efetivas. Nós queremos construir estradas sustentáveis, portos e aeroportos também. Mas, para isso, nós não precisamos de processos burocráticos e morosos de licenciamento ambiental. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Sr. Mateus.

Por indicação do PMN, passo a palavra agora ao engenheiro Sérgio Kenji Homma, Coordenador do Setor de Pesquisa em Manejo de Solo e Planta do Centro de Pesquisa Mokití Okada.

O SR. SÉRGIO KENJI HOMMA - Boa tarde a todos. Meus cumprimentos ao Deputado Kim Kataguiri, a todos os componentes da Mesa e a todos os colegas presentes.

Eu gostaria só de compartilhar com esta Casa um pouco da nossa vivência e das nossas preocupações no que tange aos personagens envolvidos no cultivo dessas áreas, na agricultura.

Eu aqui represento também o pensamento dos agricultores que praticam a agroecologia, que praticam a agricultura com base ecológica.

Acima de tudo, a agricultura é uma necessidade. Precisamos, então, achar caminhos para que haja harmoniosa coexistência entre essa necessidade e a conservação do meio ambiente.

Nós temos os biomas mais biodiversos do mundo em nosso País e conduzimos a agricultura dentro desses biomas, cada um com suas particularidades, cada um com suas especificidades. E isso requer também práticas agrícolas específicas.

Eu gostaria de contribuir dizendo que os modelos agrícolas de base ecológica, ou agroecologia, podem ser excelentes ferramentas para serem utilizados em áreas mais críticas que requerem mais cuidado no tocante às questões ambientais, a exemplo das zonas de recargas hídricas, das áreas de proteção ambiental, etc.

Dentro da nossa instituição, nós temos a iniciativa da empresa Korin e produzimos bois orgânicos dentro do Pantanal, em coexistência com o Pantanal. Essa criação passou a ser contributiva para a preservação do Pantanal e, obviamente, também para as questões econômicas e sociais dos criadores e dos trabalhadores da região. Existem ene exemplos desse tipo, como o caso da produção do mel orgânico e o caso da produção de arroz orgânico. Sabemos que o cultivo de arroz está localizado em regiões com questões hídricas muito delicadas. E nós incentivamos a produção de arroz orgânico dentro de uma comunidade em assentamento no Rio Grande do Sul, e só essa prática agrega uma série de benefícios às condições ambientais da região.

Gostaria aqui de dizer que sabemos da seriedade com que esta Casa conduz todos os trabalhos e pedimos, então, uma atenção especial para esta matéria que estamos a discutir hoje.

Parabenizo novamente todos os participantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Sr. Homma.

Passo a palavra para o Sr. Rodrigo Justus, consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, agradeço a oportunidade.

Antes de tudo, quero lembrar que a discussão sobre licenciamento ambiental, embora muitos achem que esteja sendo atropelada, tem 15 anos nesta Casa.

Esse é um assunto que já tem posicionamentos aqui. Todos conhecem o que cada setor traz, quais são as preocupações que existem em relação ao desenvolvimento, à segurança ambiental, à qualidade do meio ambiente. E, nesse sentido, nós entendemos que deve ser, sim, colocado em votação o parecer ao projeto de lei e que o Plenário, em nome do princípio democrático, exerça a atribuição de regulamentação da Lei Complementar nº 140.

É preciso lembrarmos também que, apesar da Constituição de 1988, a Lei Complementar nº 140 é de 2011, e ela estabeleceu, no seu art. 7º, a obrigação da União de formular, executar e cumprir a Política Nacional do Meio Ambiente, regulada pela Lei nº 6.938, que traz dentre seus institutos o licenciamento ambiental.

Foi bem lembrado aqui pelo Secretário Germano, de Minas Gerais, que o licenciamento sozinho não tem como funcionar direito. Por quê? Porque nós temos o zoneamento ambiental, o estabelecimento dos padrões de qualidade, o controle de comando ambiental, que se executa também através do licenciamento. E o licenciamento é regulado por normas esparsas, por regulamentos, por leis estaduais, e, portanto, nós precisamos de uma lei geral de licenciamento, regulamentando a questão, nos termos da Lei Complementar nº 140, mantendo as atribuições dos Estados.

E qual é a preocupação e a mensagem do setor agropecuário em relação à questão? Por que é importante o licenciamento para nós? O licenciamento é importante, primeiramente, pela questão do desenvolvimento do País e da sustentabilidade, para que as coisas sejam feitas dentro das boas práticas e que o setor possa ter competitividade internacional. Hoje, levam-se 10, 15 anos para se licenciar a construção de um porto, de uma hidrovía, de uma estrada ou de uma rede de energia elétrica. Tudo isso encarece os custos de produção do setor agropecuário. Portanto, o licenciamento ambiental é essencial para o desenvolvimento do nosso País com toda a segurança ambiental que seja necessária.

De outro lado, nós precisamos ter uma norma geral de licenciamento que traga a forma pela qual os Estados vão implementar as regras de licenciamento, sem que nós tenhamos em cada Estado um conjunto de regras diferentes e tenhamos a confusão que hoje se encontra estabelecida, com judicialização dos licenciamentos, insegurança dos servidores

que manejam o processo e fazem o licenciamento, porque interpretam-se normas conflitantes de modo aleatório, e funcionários são processados por improbidade, daí nós não temos mais licenciamento para nada.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós do setor agropecuário entendemos que precisamos de uma gestão agroambiental eficiente, dentro de boas práticas agropecuárias, sem criar uma pane no sistema de licenciamento ambiental, criando exigências que sejam de difícil ou impossível cumprimento. E, de outro lado, o setor tem a responsabilidade com as boas práticas agropecuárias, com uso da tecnologia e da inovação para a conservação e, principalmente, cumprindo a legislação que aí está.

Apresentamos nossas sugestões no decorrer dessas discussões e continuaremos sempre aqui à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Sr. Rodrigo Justus.

Agradeço também a presença aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UNIVALI, de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

Por indicação do PSC, passo a palavra agora para Marina Motta Benevides Gadelha, Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por favor, Dra. Marina.

A SRA. MARINA MOTTA BENEVIDES GADELHA - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes.

Assim como outros que me antecederam, já tive a oportunidade de me manifestar nas audiências públicas realizadas pelo grupo de trabalho designado para discutir a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. E, assim como vários outros que me antecederam, também entendo que o projeto de lei ainda precisa ser aprimorado.

Nós estamos no quarto substitutivo — ficamos sabendo há pouco que haverá um quinto — e identificamos, na Comissão Nacional de Direito Ambiental, através de todos os seus membros, em reuniões e eventos, alguns pontos que justificam, segundo o nosso entendimento, esse aprimoramento a que me refiro.

O primeiro desses pontos se refere à tramitação do projeto. A Comissão Nacional de Direito Ambiental entende que este projeto deveria, sim, ser submetido às Comissões Temáticas e em especial a Comissões Permanentes como a CCJ e a Comissão de Finanças e Tributação, aqui representada pelo seu Presidente, o Deputado Sergio Souza.

Infelizmente, quando se fala que este projeto iniciou a sua tramitação em 2004, não se diz que não é exatamente este mesmo projeto que está tramitando há 15 anos. Ao longo desse tempo, ele veio sofrendo diversas e subsequentes alterações. Então, aquilo que se iniciou a discutir em 2004 não é aquilo que, eventualmente, será colocado para discussão e aprovação neste plenário. Portanto, não são efetivamente 15 anos de discussão.

Outro aspecto que nós entendemos merecer atenção, aí já adentrando no texto, refere-se à ausência de duas definições específicas. A primeira é a definição de dano ambiental. Nós não encontramos, dentro das 70 mil normas sobre o tema, o conceito de dano ambiental, sobretudo para diferenciá-lo do conceito de impacto ambiental. E aí vem a outra ausência de definição: a dos impactos indiretos, já por diversas vezes mencionados pelos que me antecederam.

Nós também nos preocupamos, Sr. Deputado, com o surgimento de uma eventual guerra ambiental entre os Estados, aquilo que os americanos chamam de *race to the bottom*, ou seja, uma escalada para o fundo, para o precipício.

Sendo uma lei geral, nós entendemos que ela deveria regulamentar o tema de maneira geral, e não ampliar ainda mais as discricionariedades, ampliando ainda mais uma escalada para aquilo que se considera um insucesso da política ambiental brasileira, ou seja, o aprofundamento da frouxidão.

Nós entendemos que a lista negativa, neste caso, não é produtiva, porque estamos considerando apenas as tipologias e desconsiderando onde estes empreendimentos serão efetivamente situados. Portanto, licenciar um posto de gasolina no centro de uma cidade grande como São Paulo ou Salvador não é o mesmo que licenciar um posto de combustível num Estado dentro do Pantanal. Nós temos que diferenciar estas situações.

A Comissão Nacional de Direito Ambiental entende, neste momento, que precisamos fortalecer os órgãos ambientais. Eu tive a oportunidade de dizer, na Comissão Geral realizada na semana passada para discutir os desmatamentos e as queimadas na Amazônia, que é preciso qualificar os funcionários, realizar concurso público, equipar bem os órgãos ambientais, já que é neles que estão a base e o sucesso do licenciamento ambiental.

No fundo, eu acho que todos desejam as mesmas coisas: desenvolvimento sustentável e segurança jurídica. No entanto, temos que reconhecer que o texto, para atingir estes dois objetivos, precisa ser aprimorado.

Gostaria de oferecer ao Sr. Relator e aos demais Presidentes das Comissões Temáticas aqui presentes um parecer da Comissão Nacional de Direito Ambiental.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Dra. Marina Motta. Nós receberemos o parecer com muita honra.

Tem a palavra, por indicação do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Cláudio Langone, consultor ambiental.

O SR. CLÁUDIO LANGONE - Boa tarde, Deputado Kim Kataguiri, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores que participam desta discussão, quero agradecer a indicação do Partido dos Trabalhadores para comentar este tema.

Eu trabalho com licenciamento ambiental há mais 20 anos. Fui Secretário Municipal de Meio Ambiente, Secretário Estadual, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente na época em que o Deputado Zica teve a iniciativa de fazer a primeira proposição deste projeto de lei.

Recentemente, como consultor, minha empresa de consultoria realizou um trabalho para o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável com contribuições para melhorar a gestão do licenciamento ambiental federal, momento em que apresentamos uma série de propostas objetivas a partir do entendimento de que grande parte dos problemas hoje enfrentados pelas empresas no âmbito do licenciamento ambiental federal poderia ser resolvida sem a necessidade de modificar a lei por meio de medidas infralegais.

Tendo trabalhado intensamente no processo de negociação da Lei Complementar nº 140, de 2011, primeiro, no Ministério do Meio Ambiente, como Secretário Executivo e depois, como Consultor de Estados e Municípios no Congresso Nacional, em diálogo com o então Deputado Sarney Filho, depois Ministro, quero registrar que grande parte das questões que estamos enfrentando hoje neste projeto de lei decorre da omissão do Governo, particularmente do Ministério do Meio Ambiente, em se tratando da implementação e da regulamentação da Lei Complementar nº 140.

A Lei Complementar nº 140 levou quase 25 anos para ser aprovada, em função de à época a gestão do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com outros setores, ter uma visão crítica em relação a ela. Em vista de um olhar federalizante, deixou de ser implementado o processo necessário para a regulamentação desta importante lei. A única coisa feita no período foi a tipificação das atividades consideradas de impacto federal, o que refederalizou uma série de empreendimentos que já eram licenciados pelos Estados.

Assim, de certa forma, nós vemos no substitutivo proposto uma série de questões típicas da regulamentação da Lei Complementar nº 140 decorrentes da omissão do Governo em relação a este objetivo.

Eu acho que o projeto de lei apresenta uma série de problemas. Ele parte de pressupostos importantes para o licenciamento ambiental. O primeiro pressuposto, em relação ao qual temos a necessidade de construir um acordo, é se há ou não a necessidade de melhorar o licenciamento ambiental ou se o licenciamento ambiental está bem como está e, portanto, não precisa ser alterado. Eu não sou partidário da ideia que muitos setores defendem de que, se deixarmos os técnicos dos órgãos ambientais trabalharem em paz, sem ingerência política sobre eles, tudo ficará resolvido e não haverá problemas no licenciamento ambiental.

Eu acho que o licenciamento ambiental requer uma série de aperfeiçoamentos. A gestão do licenciamento ambiental não pode ser um tema restrito à visão das corporações públicas, embora elas tenham contribuições técnicas e políticas muito importantes em relação a isso.

Nós precisamos melhorar o Termo de Referência — TR. Não é razoável a forma como é operado hoje, com a ausência de TRs padrão por tipologia. A maior parte das questões por tipologia são idênticas. O que muda de um empreendimento para outro é exatamente a análise do contexto em que o empreendimento se instala. Nós precisamos resolver a tensão do *check list* dos EIA-RIMAs que fazem a antecipação de análise. Precisamos resolver a subjetividade que há na identificação de condicionantes e outras subjetividades.

No entanto, as soluções apontadas no texto deste substitutivo parecem extremamente simplificadoras. Parece-me que o que poderia efetivamente produzir uma lei com chances reais de implementação, de modo que não se repita a história da Lei Complementar nº 140, seria estabelecer outra dinâmica de negociação mais interativa entre os setores, implementando-se uma discussão real entre os principais operadores deste tema no Brasil, como Governo, empresários e sociedade civil, para a construção com base em outra dinâmica de discussão, diferente da dinâmica das audiências públicas, numa mesa, em que se possa construir consensos progressivos, já que num texto como este deve haver alto grau de consensos, e em que se possa identificar pontos que, não sendo efetivamente divergentes, têm que ser implementados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Tem a palavra, por indicação do Partido dos Trabalhadores, a Sra. Mariana Barbosa Cirne, Professora de Direito Ambiental.

A SRA. MARIANA BARBOSA CIRNE - Boa tarde, Srs. Parlamentares. Eu queria agradecer a oportunidade e o convite para falar de um dos temas mais controvertidos do Direito Ambiental.

Como professora de Direito Ambiental, a título de contribuição para este debate, parece-me que não deveríamos utilizar a ideia de entrave ao desenvolvimento ou a ideia de que precisamos ter abertura para qualquer tipo de questionamento. Mais do que isso, o licenciamento ambiental precisa ser visto como um instrumento: ele é um instrumento técnico. Temos que pensar na possibilidade de evitar, mitigar ou compensar os danos ambientais.

Se por acaso se percebe uma característica sobremaneira técnica deste instrumento, a preocupação que tem que estar no centro da ideia do PL da Lei Geral do Licenciamento é tentar identificar os possíveis riscos e aprimorar este processo. Exatamente por isso, eu gostaria de chamar a atenção para três julgados do STF que falam dos problemas na hora em que o Legislativo adentra esta questão técnica, que é do Poder Executivo.

Já tivemos a oportunidade em algumas Constituições, como a de Santa Catarina e a do Espírito Santo — no caso de Rondônia foi uma lei —, em que houve a tentativa de adentrar a esfera técnica. Trata-se de uma preocupação importante, porque o licenciamento ambiental precisa de fato de alguns ajustes. No entanto, se por acaso o debate parte para a discussão do que será dispensado, nós acabamos perdendo a oportunidade de fazer a avaliação dos riscos envolvidos, o que me parece um problema muito grave.

Eu queria centrar minha fala em três pontos que me parecem muito importantes e que vão gerar, em vez de soluções, mais problemas.

O primeiro deles diz respeito à noção de dispensarmos de maneira geral o licenciamento ambiental. Há alguns anos, uma medida provisória reduziu algumas áreas para um empreendimento hidrelétrico. A proposição foi declarada inconstitucional posteriormente no Supremo, por conta de dois requisitos: a ideia de participação social e a ideia de estudos técnicos que pudessem fundamentar.

Na hora em que partimos para uma definição geral de um tema que poderia ter sido avaliado concretamente, estamos ampliando os possíveis riscos que o norteiam. Esta ADI me aparece um sinal amarelo para o debate sobre o licenciamento ambiental. Não bastasse isso, quando se retira o patamar mínimo, que hoje em dia é a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA para se ter um patamar mínimo em relação ao que é licenciado no âmbito nacional, estamos abrindo espaço para uma guerra que na prática infelizmente acontece com os Estados. Algumas leis dispensam algumas atividades. De um lado, uma legislação diz que não cabe licença e, de outro, a obrigação, pela Constituição, de que todos os dentes federativos têm que fiscalizar.

Como a competência é comum, os entes respondem solidariamente. Não há outra opção, a não ser autuar. Na prática, geramos um grande impasse e quem perde com isso, na verdade, é o administrado, que fica numa situação de uma lei estadual que diz que ele não precisa de licença e, diante do impacto, o próprio órgão fiscalizador embarga o empreendimento. Na verdade, em vez de gerarmos uma solução, estamos criando um problema ainda mais grave.

Em Tocantins, uma lei dispensou as atividades agrossilvopastoris, mas recentemente foi declarada inconstitucional. Que segurança jurídica vamos ter a partir do momento em que todos os Estados vão poder decidir se devem ou não licenciar o empreendimento? As tipologias vão abrir esta oportunidade e causar mais problemas. Fala-se em quantas leis nós temos. Vamos ter não só dezenas de milhares de leis, mas também mais problemas.

Eu sou do direito ambiental, mas trabalho com pesquisas empíricas. Eu desenvolvi no Centro Universitário de Brasília — UniCEUB uma pesquisa empírica sobre participação social. Decidi pegar os nomes das hidrelétricas do País e estudar, uma por uma, quais foram as perguntas sobre participação social e grandes empreendimentos como Belo Monte. O resultado é importante, porque as pessoas vão lá para entenderem o que está acontecendo: elas perguntam de que trata o estudo. Os casos em que efetivamente ocorre impacto real são aqueles em que há mais de uma audiência. Nós temos uma audiência para entender o processo e outra, para participar efetivamente.

Nos termos em que nós estamos tratando a participação social neste PL, nós vamos perder a oportunidade de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Profa. Mariana.

Tem a palavra, por indicação do Governo e do PTB, o Sr. João Adrien Fernandes, Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JOÃO FRANCISCO ADRIEN FERNANDES - Boa tarde a todos. Deputado Kim Kataguiri, parabéns pela audiência. Meus cumprimentos ao Deputado Rodrigo Agostinho e a todos os Deputados que compõem a Mesa.

Este tema é extremamente relevante. Para o Ministério da Agricultura, torna-se de fato necessária esta discussão para o Brasil ter um marco geral de licenciamento ambiental. Se toda a nossa biodiversidade e a nossa vegetação são tão relevantes para o País, nós precisamos de um marco geral que, objetivo, apresente regras claras para a definição do licenciamento ambiental.

Nós entendemos que a forma atual do licenciamento, que se dá por meio de atos administrativos, gera muita insegurança e está envolvida em muita discricionariedade. Vemos isso acontecer, na prática, no campo, onde não se tem ainda o entendimento das regras mínimas e, por isso, muitos fiscais acabam tendo o receio de conceder as licenças porque podem ser processados pelo Ministério Público. Este é um entre os vários outros tipos de insegurança.

Portanto, o projeto em discussão vem justamente para dar mais objetividade e mais critério para o licenciamento e, principalmente, para tirar o poder somente do âmbito administrativo e trazê-lo para o Legislativo, que cria as regras mínimas para um licenciamento feito com base nos critérios estabelecidos por esta Casa e implementados pelo Poder Executivo.

Várias questões extremamente relevantes estão sendo colocadas sobre a mesa, entre elas a Licença por Adesão e Compromisso — LAC, um instrumento que de fato poderá modernizar a forma de licenciamento, conduzindo o poder do licenciamento para a fiscalização. Em vez de trazermos toda a burocracia e todas as exigências para o licenciamento, cabe-nos dar ao indivíduo o compromisso de fazer o licenciamento, dando-lhe o poder de fiscalização, como acontece em vários países, de comum acordo, sem grandes problemas.

Muitos tentaram firmar a pecha de que o licenciamento beneficia o agronegócio ou a agricultura, mas esta afirmação não procede, já que em nenhum país a agricultura passa pela exigência do licenciamento, e este projeto de lei traz esta obrigatoriedade para a agricultura, com a total adesão ou regularidade do Código Florestal para o licenciamento. Portanto, temos uma mudança nas regras, nas exigências, que não necessariamente beneficia a agricultura, mas sim o País.

No Ministério da Agricultura, nós entendemos que é fundamental estabelecer regras claras e objetivas, que mitiguem a insegurança e apresentem critérios objetivos. É impressionante o fato de o Brasil até hoje não ter tido um marco geral do licenciamento. Nós fizemos isso no âmbito do Código Florestal brasileiro.

Entendemos que esta regra gerou uma mobilização para seu efetivo cumprimento. Vemos, por exemplo, que o Cadastro Ambiental Rural — CAR se tornou o maior cadastro ambiental do mundo, na medida em que nos ajuda até nas questões fundiárias. Foi feito de forma declaratória, assim como o será o Programa de Regularização Ambiental — PRA, e todo o poder do licenciamento será feito no âmbito da fiscalização. Por que não utilizar um exemplo como este para uma situação como a do licenciamento ambiental? Estamos vendo que o Código Florestal está trazendo grandes resultados e custos baixíssimos para o Estado. Eu acho que é possível utilizar esta ferramenta como exemplo para outras formas. Precisamos modernizar nossa forma de adequação. Não adianta colocar todo o peso no licenciamento, se não houver correspondência por parte da fiscalização.

Portanto, eu acho que o licenciamento traz novas regras e critérios muito mais objetivos, ao tempo em que reduz a discricionariedade na segurança que existe na atividade como um todo.

Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. João Francisco Adrien Fernandes, o Sr. Kim Kataguiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradecemos ao Dr. João Adrien, indicado pelo PTB e pelo Ministério da Agricultura.

Dando sequência à Comissão Geral, vamos ouvir o Sr. Jônatas Souza da Trindade, Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA, indicado pela Liderança do Governo.

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE - Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer à Mesa, aos Deputados Kim Kataguiri, Nilto Tatto e Rodrigo Agostinho.

A presença do IBAMA nesta discussão é muito importante para nós. Acho que o primeiro ponto a destacar é a importância de uma lei geral para todos, já que ela pode consolidar as práticas procedimentais que já temos. O licenciamento ambiental

carece desta consolidação, que, efetivada, gera mais segurança jurídica para nosso processo. Nós realmente carecemos e merecemos uma lei geral de licenciamento ambiental.

A avaliação ambiental estratégica é também outro ponto que deve ser trabalhado de forma qualificada, aprofundando-se este instrumento e pensando-se no planejamento governamental e nas boas práticas de planejamento que incidem no licenciamento ambiental. Acho que o Brasil carece de planejamento territorial, a despeito dos instrumentos de que já dispomos, como as leis gerais que tratam dos códigos municipais, entre outras. Nós precisamos aprimorar estas normas e pensar um pouco melhor o planejamento ambiental.

Eu costumo dizer que o planejamento e o aprimoramento de um projeto possibilitam um licenciamento mais célere, mais adequado. Ao se discutir o projeto com a sociedade e com os órgãos ambientais, consegue-se entender sua incidência em determinado território. A prática do planejamento e a discussão sobre o projeto são salutares para o licenciamento ambiental.

Outro ponto importante que o projeto de lei de uma lei geral deve abranger é a cooperação entre os entes. O fortalecimento da CISAMA é muito importante no âmbito de uma lei geral, porque possibilita uma cooperação mais apropriada e garante que os entes contribuam entre si. Na prática, temos aprendido muito com os órgãos estaduais. Nós entendemos que a aproximação e o aprimoramento dos instrumentos de cooperação possibilitam maior ganho ambiental destes projetos, do licenciamento e de outras formas de atuação dos entes federados tanto na fiscalização, como no licenciamento ambiental.

A aplicação de condicionantes ambientais no território, no caso de uma população atingida, e a possibilidade de uma lei geral contemplar a execução de condicionantes de forma compartilhada são importantes, na medida em que possibilitam ganhos para todos, tanto para a sociedade, como para as empresas e órgãos ambientais. É um problema de difícil aplicação, mas temos trabalhado de forma organizada e, em determinadas situações, temos conseguido ganhos significativos neste compartilhamento e nesta integração, considerando os diversos empreendimentos que ocorrem em determinado território.

A possibilidade de priorização de projetos já é prática no licenciamento ambiental federal, especialmente em decorrência da Lei do PPI. Ela pode ser priorizada, porém devem ser levados em consideração não só a priorização, mas também o aprimoramento dos projetos. A tônica do planejamento e do aprimoramento dos projetos é muito importante, e entendemos que ambos fortalecem o licenciamento ambiental.

Outros quesitos previstos na lei geral, como o aproveitamento de diagnóstico de outros empreendimentos e estudos, são uma realidade que pode trazer ganhos na celeridade deste processo, sem perda da qualidade do licenciamento. O caso da gestão da informação ambiental é outro aspecto importante que deve ser aprimorado e discutido no projeto de lei.

Hoje detemos número considerável de informações que não estão espacializadas nem geridas no banco de dados, o que possibilitaria ao empreendedor aproveitar aquela informação. Acho que temos que buscar mecanismos de utilização da informação ambiental, pois ela é muito cara para toda a sociedade e gera benefícios para todo mundo.

Para finalizar, entendemos que as boas práticas do licenciamento ambiental não se restringem à legislação: elas podem, igualmente, ser objeto de discussão interna dos órgãos ambientais. É isso que o IBAMA tem procurado realizar. *(Palmas.)*

(Durante o discurso do Sr. Jônatas Souza da Trindade, o Sr. Domingos Sávio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Kim Kataguiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado.

Tem a palavra, por indicação do PSL, o Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *(Pausa.)*

Tem a palavra, por indicação do PTB, o Sr. Marcelo André Cid Heráclito do Porto Queiroz, Presidente da Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente — ANAMMA. *(Pausa.)* Tem a palavra, por indicação do Republicanos, o Sr. Marcos Abreu Torres, advogado especialista em Direito Ambiental da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria — CNI.

O SR. MARCOS ABREU TORRES - Boa tarde, Deputado Kim Kataguiri e demais membros da Mesa.

Primeiramente, queríamos elogiar esta Casa pelo trabalho que vem fazendo e, especialmente, o Sr. Relator, um trabalho muito cansativo, árduo, em que vários substitutivos já foram colocados em discussão e dez audiências públicas já foram realizadas. A CNI participou de algumas delas. Eu estive na audiência que tratou de segurança jurídica. Este é realmente um trabalho árduo, que requer muita coragem e sangue frio. Por isso, cabe à CNI elogiar os senhores pela condução dos trabalhos e apontar algumas questões.

Nós precisamos reconhecer a necessidade de uma lei. Durante anos, o Congresso deixou este assunto rolar solto. O Congresso se constituiu em mora legislativa, não aprovando uma lei do licenciamento ambiental. Já se passaram décadas, e mais do que nunca precisamos desta lei. Diante da ausência de uma lei, surgem diversos órgãos. No âmbito nacional, refiro-me especificamente ao CONAMA, que já foi citado aqui. O CONAMA preencheu diversos vácuos deixados pelo Congresso. Normas de alta subjetividade e de alta carga de incondicionalidade já foram levantadas sobre as resoluções do CONAMA. Portanto, nós precisamos de um instrumento formal que é exigido pela Constituição: a lei.

Quero lembrar que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, como consta no art. 225 da Constituição Federal. Portanto, é o povo, por meio dos seus representantes eleitos, que deve decidir sobre o uso e a conservação destes recursos.

Na onda da necessidade de uma lei, temos que lembrar que há 8 anos esta Casa aprovou a Lei Complementar nº 140, que define que entes federativos devem exercer que atividades na área ambiental. Agora, precisamos de uma lei que defina quem faz o que e como se vai fazer. Precisamos, igualmente, reconhecer que a lei precisa ter limites, que são definidos pela Constituição.

Um dos limites é o federalismo. Sabemos que nossa Constituição adotou a competência comum na responsabilidade da gestão administrativa ambiental e a responsabilidade concorrente na competência legislativa, cabendo ao Congresso editar normas gerais. Os Estados e os Municípios farão a suplementação.

É preciso lembrar que o licenciamento ambiental é um tema que evoluiu muito nos Estados, aliás, surgiu em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro na década de 70, só depois que o IBAMA passou a fazer o licenciamento federal, tanto é verdade que mais de 90% das licenças ambientais válidas no Brasil foram emitidas por órgãos estaduais e municipais, e não pela União.

Sobre esse preconceito que temos com Estados e Municípios, na prática, temos que perceber que isso não faz sentido. A chamada guerra ambiental não existe. O que uma indústria olha quando quer se instalar no Estado A, B ou C? Ela olha a mão de obra qualificada. Ela vai atrás de infraestrutura para aproveitamento de matéria-prima e escoamento de sua produção. Ela também vai atrás de proximidade com o mercado consumidor. Então, não é a questão ambiental, se a APP é maior ou menor em um Estado ou outro, não é se o órgão tem maior ou menor agilidade para conceder uma licença ambiental o que de fato atrai o empreendedor. Não é isso! Então, temos que ter em mente que guerra ambiental, na prática, não existe.

A gente também tem que reconhecer que a licença ambiental é um ato administrativo. Isso quer dizer que as decisões políticas têm que ser antecipadas. Elas têm que ser tomadas pelo corpo político competente, que é o Poder Legislativo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Os passivos não serão resolvidos num ato administrativo, não serão resolvidos por uma agência ambiental. Ela tem poderes limitados. Ela não vai fazer justiça. Ela não vai resolver passivos sociais que existem há décadas por conta de uma omissão do poder público.

O último ponto é a questão das decisões políticas. Isso é o que a gente precisa fazer aqui nesta Casa. A gente precisa antecipar alguns pontos, não deixar que esses anseios sociais do setor produtivo venham carrear num instrumento de controle, que é o licenciamento ambiental.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado.

Passo a palavra, pela indicação da Minoria, à Sra. Rosmari Malheiros, Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

A SRA. ROSMARI MALHEIROS - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos Deputados e aos demais integrantes da Mesa.

Eu quero começar dizendo que sou agricultora familiar, e é correto falar em trabalhadores na agricultura.

Trago aqui algo que tange à Constituição, que é muito clara sobre a questão ambiental:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parece, a partir de muitas falas e principalmente do que a gente está tratando aqui, que tudo isso está esquecido. É como se a gente estivesse rasgando a Constituição, particularmente quando se trata do meio ambiente, que a gente precisa preservar para as futuras gerações.

Como agricultora familiar, mãe e avó, eu quero um meio ambiente sustentável para minhas futuras gerações e para a de todos, principalmente daqueles que defendem o contrário aqui.

O substitutivo apresentado pelo Relator visa desconsiderar essa determinação ao transformar o licenciamento ambiental, que é regra constitucional, em exceção. Ele muda a classificação do que se considera como prática danosa ao meio ambiente para favorecer o desmatamento e a espoliação dos bens comuns da natureza. Portanto, o licenciamento ambiental, como parte da política de proteção ao meio ambiente, é uma salvaguarda para impedir que os interesses privados se sobreponham ao interesse público, protegendo a fauna, a flora, a sociobiodiversidade, os povos do campo, da floresta e das águas.

As propostas trazidas no substitutivo do Relator — como exclusão dos impactos indiretos, autolicensing ambiental, dispensa de licenciamento para muitas atividades agropecuárias de infraestrutura, eliminação do impacto sobre as áreas protegidas — inviabilizam a aplicação da Constituição; tornam, também, para os fins de licenciamento, inexistentes os 22% das terras indígenas, os 87% dos territórios quilombolas e as 543 unidades de conservação da natureza. E isso só serve, tão somente, para ampliar o desmatamento e os conflitos socioambientais, tanto é que estamos vivenciando a maior queimada de todos os tempos na Amazônia. E isso é uma realidade, a partir dos discursos sobre o que vamos flexibilizando, e principalmente do desrespeito aos órgãos ambientais, às organizações que estão nessa luta há muitos anos, na defesa do meio ambiente.

O discurso é sempre de que o licenciamento encarece e paralisa obras, é burocrático e freia o desenvolvimento econômico. Tudo isso, não conseguimos enxergar como uma verdade, porque, na realidade, é uma falácia. Primeiro porque, em vez de melhorar os mecanismos, ele propõe eliminá-los. Em segundo lugar, porque hoje se explora atividade econômica privada sem responsabilizar e considerar a primazia do interesse público. Em terceiro lugar, esta agenda coloca o Parlamento brasileiro na contramão do povo brasileiro, das discussões que vêm se fazendo ao longo dos anos e, principalmente, do mundo, que vê nos mecanismos nacionais de proteção, preservação e desenvolvimento sustentável uma das melhores experiências no planeta.

O nosso Brasil sempre foi visto com bons olhos lá fora. O Brasil sempre foi referência em preservação ambiental, principalmente no tocante à legislação. Esta Casa tem corresponsabilidade na preservação do meio ambiente, porque, quando se trata da responsabilidade de preservar...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado pela participação.

Chamo agora outra indicação da Minoria, a Sra. Marília Marreco Cerqueira, Secretária Executiva da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal.

A SRA. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA - Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores.

Eu gostaria de agradecer o convite formulado pela Minoria para eu vir participar desta Comissão Geral, que está discutindo o licenciamento ambiental.

Fui apresentada como Secretária Executiva da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal, mas estou aqui como profissional da área de meio ambiente. Já trabalho com o meio ambiente há mais de 35 anos, especificamente na área de licenciamento ambiental. Participei da formulação da Lei nº 6.938, das Resoluções do CONAMA nºs 01 e 237 e de praticamente todas as resoluções do CONAMA relacionadas a licenciamento ambiental, bem como portarias e instruções normativas do IBAMA. Agora, estou atuando na Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal.

Eu considero a discussão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental muito importante. Como já foi colocado aqui pelos que antecederam, o País demanda hoje um instrumento legal geral que determine regras gerais, mas que não pode, ao mesmo tempo, entrar em especificações ou em regulamentações que sejam próprias de outros colegiados.

Vários oradores que me antecederam aqui, particularmente o Jônatas, do IBAMA, abordaram a questão da avaliação ambiental estratégica. Como foi dito pelo Secretário Sarney, quando trabalhamos na proposição do primeiro projeto de lei de licenciamento, trabalhamos a instituição da Avaliação Ambiental Estratégica. Hoje em dia, o licenciamento é um instrumento específico da política ambiental. Ele foi construído com uma determinada finalidade. Ele não tem condições de responder a todas as demandas de planejamento, demandas de responsabilidade social e de compromisso com a realidade local que são colocadas em cima do licenciamento. Para isso existem outros instrumentos. Outros países e regiões já utilizam a Avaliação Ambiental Estratégica.

Nós estamos agora, nesse projeto de lei, estabelecendo a Avaliação Ambiental Estratégica, mas ela está muito aquém do que deveria constar do termo legal. Ela tem que entrar em detalhamentos mais precisos, justamente para que não se

confunda a Avaliação Ambiental Estratégica com o Estudo de Impacto Ambiental, como eu já vi em algumas proposições aqui, que têm quase um termo de referência do que seria um EIA, e não uma Avaliação Ambiental Estratégica.

Outro aspecto que eu acho importante abordar aqui é a questão dos artigos sobre isenção de licenciamento. Isso tem que ser pensado com muita clareza, porque ausência de determinados termos inverte totalmente o sentido original inclusive de textos que já constam de outras normativas. Vou dar como exemplo aqui a isenção de licenciamento para empreendimentos lineares. Há previsão de uma portaria do Ministério do Meio Ambiente sobre isso, mas desde que o projeto original tenha sido licenciado e de que essa possibilidade de dispensa de uma nova licença esteja prevista na licença original que foi concedida. Quando simplesmente se retira do texto a menção à questão de empreendimento já licenciado, na verdade se está isentando de licenciamento uma atividade que, por exemplo, na Amazônia pode aumentar o desmatamento.

Outro aspecto que considero importante que conste nessa legislação, que já foi abordado por outros companheiros, inclusive pelo Presidente da ABEMA, é a questão dos órgãos licenciadores, as famosas autoridades licenciadoras que constam no texto. Por mais que tenhamos um texto legal, que tenha disposições específicas, se não tivermos o necessário fortalecimento das entidades licenciadoras, das autoridades licenciadoras, vamos continuar discutindo prazos, vamos continuar discutindo aperfeiçoamentos e não vamos, na verdade, chegar a um resultado produtivo.

Então, o fortalecimento das autoridades licenciadoras é essencial no contexto da discussão de um projeto de licenciamento ambiental.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Secretária.

Passo agora a palavra ao Sr. Dinamam Tuxá, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, indicado pela REDE.

O SR. DINAMAM TUXÁ - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado que está presidindo a Mesa, bem como agradecer imensamente aos partidos PSOL e REDE, que estão sempre se lembrando das minorias nesta Casa, trazendo para o debate as lideranças indígenas para que possam expressar o seu descontentamento com a atual política ambiental.

O desmonte da legislação ambiental é muito preocupante para os povos indígenas e para toda a humanidade, uma vez que flexibilizar essas leis, flexibilizar o licenciamento trará, não só para o Brasil mas também para todo o globo, danos irreversíveis. Estão aí à mostra as queimadas na Amazônia e o aquecimento global para confirmarem toda essa destruição e o impacto ambiental que os homens não indígenas vêm causando ao planeta.

Ao falar isso, ressalto que nos preocupa mais ainda ver que se trazem para o debate temas tão importantes que irão impactar diretamente os povos indígenas e as comunidades tradicionais e não se respeitam os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 169 da OIT. Também não se respeitam os preceitos constitucionais que tratam das questões ambientais. Dentre as propostas previstas nos artigos desse PL, há a exclusão de impactos imediatos, que trazem uma limitação, mas isso é inconstitucional! Está muito claro, está previsto nos arts. 23, 24, 170 e 225 da nossa Constituição Federal. Isso traz também uma insegurança jurídica e um aumento da litigância, porque, quando for pertinente, nós vamos recorrer dessa violação aos preceitos constitucionais.

Trazem também a exclusão de licença de operação para ferrovias, estradas e infraestruturas para transmissões e distribuição de energia. Bom, gente, nós sabemos que as estradas, as torres de transmissões desses grandes empreendimentos sempre, ou quase sempre, estão dentro das terras indígenas. Então, isso nos preocupa muito. Possibilitam ainda a exclusão de licença de operação para minerodutos e gasodutos. Esse é outro ponto muito controverso, ao nosso ver, tendo em vista que isso está superado no texto constitucional. Trazem também a prorrogação automática do licenciamento ambiental. Ora, a autodeclaração do empreendedor sem qualquer validação do órgão ambiental, isso também fere drasticamente a nossa Constituição Federal.

Eu vou fazer outra observação. A dispensa de licitação para caráter militar, melhorias e modernização de vias e rodovias e grandes empreendimentos também fere drasticamente a nossa Constituição Federal.

Eu trago aqui também a situação do Cadastro Ambiental Rural — CAR, que é meramente declaratório. Nós estamos tendo problema, uma vez que essas declarações, como são autodeclarações, estão sendo construídas em cima de terras indígenas. Estão sendo declaradas em cima de terras indígenas. E aí se autoriza, licencia. É só se ter o CAR, para já se dar a licença de atividade agropastoril. É uma dispensa controvérsica, totalmente contra os preceitos constitucionais.

Eu trago outro ponto bastante preocupante, que é a desigualdade de condições das partes interessadas no licenciamento ambiental. Nós sabemos que o licenciamento ambiental muitas vezes é financiado por grandes empreiteiras, por grandes

corporações que têm interesse imediato dentro das terras indígenas e principalmente de que aquele empreendimento saia de qualquer forma.

Eu trago outro ponto aqui, sendo bem sucinto e resumindo, que é a situação da política indigenista brasileira. A FUNAI hoje se encontra enfraquecida. O órgão tem 18 técnicos para avaliar 7 mil processos de licenciamento.

Trago também para o debate algo que precisa ser observado. Hoje, existem 120 processos em fase de identificação e 43 processos em estudo de aprovação, somando 163 terras indígenas. O artigo 40 do tal projeto de lei tira essas terras indígenas do licenciamento ambiental. Não haverá um debate em cima dessas terras indígenas, ou seja, haverá um impacto imediato dentro dessas terras indígenas, que será irreversível.

Então, Presidente da Mesa, como condutor desse processo, V.Exa. tem que observar tudo isso.

Trago ainda a questão dos quilombolas. Há 1.755 terras a serem reconhecidas.

Afirmo que, em havendo qualquer arbitrariedade partindo desta Casa, nós entraremos com uma ação direta de inconstitucionalidade, através desse texto de lei que não nos contempla, não reconhece a diversidade dos povos indígenas e os quilombolas que habitam no território nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Sr. Dinamam.

Passo a palavra agora para a segunda indicação da REDE, a Sra. Luciana Espinheira da Costa Khoury, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva — ABRASCO, por 5 minutos.

A SRA. LUCIANA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY - Boa tarde a todos e a todas!

Cumprimento a todas as presentes autoridades em nome do Deputado Kim.

Eu sou Promotora de Justiça na Bahia, coordenado o Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco. Quero agradecer a ABRASCO e à REDE pela indicação para estar aqui. Também falo em nome da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente — ABRAMPA, da qual faço parte com muito orgulho, dos fóruns baianos e do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Esse é o meu lugar de fala.

Nós temos algumas preocupações. Não dá para falar de todos os problemas, de todas as preocupações que temos nesse pouco tempo. Vamos tentar focar aqui.

Primeiro, eu quero dizer, Deputado Kim, que a nossa percepção é de que nós vivemos numa sociedade de riscos e de que o nosso comando constitucional é um comando que deve ter a proteção da administração pública.

Sobre esse bem de uso comum do povo, que foi falado aqui pelo representante da CNI, não significa dizer que pode se fazer o que quiser com o ambiente. Significa dizer que é preciso, sim, ter as medidas adequadas para controle desse ambiente para as presentes e futuras gerações, como bem disse a nossa trabalhadora aqui da Confederação.

Então, é importante dizer que os impactos ambientais, quando acontecem — e eles acontecem, e os riscos estão claros —, não são só para os tomadores de decisão, mas principalmente para a população em geral. Entretanto, os impactos não ocorrem de forma igualitária. São impactadas muito mais aquelas populações vulneráveis. São impactadas muito mais as nossas comunidades tradicionais já invisibilizadas e já afetadas por grandes questões.

Os empreendimentos não acontecem do nada, não acontecem do além, eles acontecem num espaço. Eles acontecem em locais onde existem pessoas, onde há um ambiente. Então, essa diversidade desse ambiente precisa ser levada em consideração, e este PL não está levando em consideração esses aspectos, nem as pessoas, nem as comunidades, onde elas estão.

Nesse sentido, os arts. 41 e 42 desconsideram as comunidades, já que o Estado se negou historicamente a garantir a defesa dos povos e comunidades tradicionais, a garantir os seus territórios e mais uma vez vai lhes negar essa possibilidade, inclusive de considerar os impactos dos empreendimentos.

Depois, gostaria de falar que esses riscos acontecem, e não há segurança absoluta de impacto de empreendimento. Está aí Mariana. Está aí Brumadinho. Está aí o barramento, na Bahia, e o controle de água para beber, porque a barragem rompeu e praticamente inundou a cidade de Coronel João Sá recentemente. Então, existem riscos — e não são só de barragens — e impactos em todos os empreendimentos.

E a agricultura não causa impacto, senhoras e senhores? A agricultura e o agronegócio causam impacto. São importantes para o desenvolvimento, mas precisam de controle: controle ecossistêmico, controle de impactos sociais, controle de impacto nas populações do torno, controle dos impactos que provocam os agrotóxicos.

Os agrotóxicos no Brasil e no mundo, mas no Brasil em especial, têm sido altamente destruidores e têm causado diversos impactos ambientais nas abelhas, gerando morte indiscriminada delas. A gente não tem nem laboratório para analisar esses impactos nas abelhas. Para a gente conseguir analisar a morte de abelhas na Bahia, a gente teve que conseguir

uma parceria com a Universidade do Rio Grande do Sul, porque três laboratórios diziam, em Estados diferentes, que não analisavam abelhas.

Então, é preciso que o licenciamento ambiental da atividade agrossilvipastoril verifique e adote as medidas de controle dos impactos sociais, dos impactos do entorno, em entornos de Unidade de Conservação, observando determinados aspectos de impactos sociais e determinando medidas tecnológicas adequadas a esses usos que não sejam medidas que impactem o licenciamento, e que o licenciamento tenha, sim, a capacidade de controle desses impactos. É importante não desconsiderá-los, porque o descontrole é enorme, do ponto de vista do agrotóxico, que tem sido liberado de forma absurda no Brasil. E esses impactos não estão sendo devidamente considerados.

Então, o licenciamento ambiental não pode ser equiparado ao CAR, um CAR meramente declaratório, que não tem estudos, que não tem análise sequer de outros aspectos. Na Bahia, nós fizemos um análise e há mais de 90%, no sul da Bahia, de declarações feitas no CEFIR, iguais ao CAR, que são declarações falsas. Portanto, nós estamos partindo para ações declaratórias em que muitas delas são declarações falsas.

E aí eu não poderia deixar de falar da LAC. A Bahia é o exemplo de como a LAC não funciona. É uma declaração que não serve ao licenciamento ambiental. É uma falácia dizer que o licenciamento ambiental vai ser declaratório e vai resolver o problema. Não foi uma modernidade o que se fez na Bahia. Na Bahia nós temos ações várias, inclusive ações no Supremo discutindo isso. E em relação à agricultura, inclusive, é importante dizer e reforçar que a ADIn do Tocantins já demonstrou a declaração de inconstitucionalidade dessa medida, já que nós vamos trazer uma insegurança jurídica ao empreendedor enorme.

Então, é preciso voltar as rédeas, Deputado Kim. E pede-se que se dê um passo atrás.

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Dra. Luciana.

Vou chamar a Sra. Maria do Socorro Castello Branco, Especialista em Políticas Públicas e Indústria, na Confederação Nacional da Indústria — CNI, oradora indicada pelo MDB.

A SRA. MARIA DO SOCORRO LIMA CASTELLO BRANCO - Boa tarde, Deputado. Na pessoa de V.Exa., cumprimento toda a Mesa. Agradeço a oportunidade de estarmos aqui, mais uma vez, para colocar as nossas posições a respeito do licenciamento ambiental.

Antes de tudo, eu quero dizer que a CNI, como integrante do Sistema S, tem em sua base 27 federações estaduais, 1.280 sindicatos industriais e 1,29 milhão de indústrias, das quais a grande maioria são pequenas e médias indústrias. Por isso, a CNI tem-se preocupado muito com a questão da sustentabilidade, tanto que o tema principal do seu Mapa Estratégico é *Competitividade com sustentabilidade*.

Nesse sentido, a CNI tem em sua estrutura uma Gerência Executiva especial para cuidar de recursos naturais e de meio ambiente que contempla quatro linhas: o uso de recursos naturais, a economia de baixo carbono, o licenciamento — desde 2004, a CNI trabalha nesse tema — e o saneamento ambiental. Isso demonstra, de forma muito clara, que o setor entende a importância do meio ambiente, entende a importância de se conservarem os recursos naturais, porque sabe que, se esses recursos forem deteriorados, haverá um prejuízo muito grande para a competitividade da indústria brasileira. A CNI, portanto, compreende o seu papel de agente transformador da sociedade e de fomentador do desenvolvimento sustentável. Por isso, cada vez mais, a CNI tem pautado a sua atuação em informações técnicas, científicas e de boa qualidade.

Já entrando na questão do licenciamento ambiental, entendemos que há um excesso de burocracia. Todos os que me antecederam já falaram sobre isso. Há uma falta de clareza de procedimentos que é prejudicial a todos, não apenas à indústria mas também ao Ministério Público, em sua atuação, ao agente administrativo, ao agente do Estado. Isso contribui para a desarmonia social. Portanto, neste momento, a CNI entende que a lei é necessária, justamente para evitar os conflitos na sociedade e para evitar principalmente a judicialização, que não beneficia a ninguém.

Quanto aos impactos sobre o setor industrial, muito já se falou aqui. Nós temos elevação de custos, incertezas, demora na aprovação de projetos e prejuízo à competitividade.

Nós temos tratado de questões-chave no licenciamento ambiental. A primeira delas é a necessidade de aprimoramento. Nós, ao contrário de alguns que me antecederam, acreditamos na necessidade de uma Lei Geral do Licenciamento. É preciso que essa gestão territorial seja fortalecida.

A Promotora Dra. Luciana, que me antecedeu, falou uma coisa muito clara, que eu falaria ao final da minha exposição, mas já me adianto: a gestão territorial pertence ao Estado, portanto compete ao Estado disciplinar essa gestão, no momento em que faz as suas concessões. Se houver um estudo e um planejamento benéficos, em muito vai adiantar o licenciamento ambiental. Vai garantir segurança para o investidor e para o empreendedor. Mais do que isso, vai-se poder focar nas áreas

sensíveis onde aquele empreendimento será instalado. É fundamental também assegurar a autonomia ao órgão licenciador no processo de licenciamento, garantindo a natureza não vinculante das autoridades envolvidas.

Finalmente, deve ser aperfeiçoado o licenciamento de forma integrada com os outros instrumentos já existentes em lei e relativos à gestão territorial. A CNI, nesse sentido, tem contribuído com essa discussão, e não é de hoje. Tem, inclusive, publicado documentos. O último documento publicado refere-se à proposta que foi feita aos presidentiáveis nas eleições, mas está bastante atualizada.

A CNI tem sido capaz de apresentar propostas concretas em todos os momentos nos quais tem tido a oportunidade de falar. Nesse sentido, a CNI destaca as dez audiências promovidas por esta Casa.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Muito obrigado.

Passo agora ao Sr. Bob Santos, Secretário Nacional de Integração Interinstitucional do Ministério do Turismo, orador indicado pelo Democratas.

O SR. BOB SANTOS - Sr. Presidente, boa tarde! Agradeço a oportunidade de estar aqui representando o Ministério do Turismo para falar sobre uma pauta tão importante como esta.

Senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, é importante ressaltar que o Ministério do Turismo preza muito pelo equilíbrio ambiental e econômico. O Turismo, movimentando as suas 52 atividades econômicas, é óbvio que, entre as questões do licenciamento ambiental, não poderia deixar de participar com algumas áreas temáticas, tais como esportes, marinas, *resorts*, etc.

Infelizmente, com a legislação que nós temos atualmente, o tema tem muitos gargalos. Um dos principais gargalos que nós temos, principalmente com a questão dos investidores, é a questão da sobreposição das normas, a discricionariedade técnica, as judicializações por questões de independência, entre outros. Isso acaba trazendo insegurança jurídica para os investidores.

Nós do Ministério do Turismo temos trabalhado bastante, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, justamente para tentar desburocratizar estas questões. O resultado da burocracia é justamente este: a falta de uma legislação, a falta de uma lei geral que permita justamente essa credibilidade aos investidores.

Vejam só, uma marina hoje demora quase 15 anos para fazer o seu sem licenciamento. Isso acaba afugentando os seus investidores. Nós temos *resort* na Bahia, por exemplo, que está com dificuldade com o licenciamento e, justamente por isso, está com desejo de deixar o nosso País. Ou seja, emprego e renda, que é o que eles atraem, acabam sendo dificultados.

Para isso, Sr. Presidente — e deixo claro que o Ministério do Turismo tem feito um trabalho muito profícuo, que acredito, juntamente com os senhores, é de suma importância para a economia do nosso País —, temos a contribuir e a somar esforços para que isso seja plausível.

Nós vivemos hoje, agora, em um país de economia liberal, e nada mais justo do que aproveitarmos o momento para que esse setor do turismo seja trabalhado com mais propriedade, em conjunto com questões como a dos investidores olhando para o nosso Brasil. O Ministério do Turismo torce muito para que o resultado final destes trabalhos seja promissor, visando, é claro, à racionalização das normas de modo responsável, para que possamos atrair mais investidores, para que possamos ter mais empregos, para que possamos ter mais renda, alavancando de vez o turismo como mola propulsora do nosso País.

Para isso, contem com o nosso trabalho! Estamos lá à disposição, com uma equipe técnica muito voltada para esse viés, tanto na área ambiental quanto na área do turismo propriamente dito. Deixamos claro que estaremos sempre à disposição para, no momento oportuno, somar esforços e ajudar o nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Muito obrigado.

Passo agora a palavra ao Sr. Maurício Guetta, Advogado e Consultor Jurídico do Instituto Socioambiental — ISA, orador indicado pela Oposição.

O SR. MAURÍCIO GUETTA - Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, agradeço inicialmente o convite, em nome do Instituto Socioambiental, e quero desde logo registrar e reiterar que o ISA é favorável a uma nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Foi justamente com essa visão que desde o princípio, Sr. Presidente — e V.Exa. sabe disso —, defendemos que os consensos de fato sempre foram possíveis, até porque estamos diante de uma norma técnica e procedimental. Por isso, em consideração ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Rodrigo Maia, e

ao Coordenador do Grupo de Trabalho, Deputado Kim Kataguiri, nós nos empenhamos em contribuir com o processo de estabelecimento de consensos e de diálogos entre os setores aparentemente antagônicos.

Após o GT, infelizmente, surpreendeu-nos de forma negativa a quarta versão do substitutivo ao projeto de lei. Ao fim e ao cabo, entendemos a quarta versão como uma ruptura das negociações e a ruptura do processo de consenso que estávamos buscando desde o início. Na realidade, o que a quarta versão faz é contrariar as finalidades do que deveria ser uma lei geral. Em primeiro lugar, há necessidade de se estabelecerem consensos e equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Nos dez temas polêmicos das audiências públicas, o meio ambiente saiu perdendo em todos os 10 grandes temas.

Um consenso abandonado, por exemplo, que havia sido anunciado publicamente, era o de retirar as dispensas de licenciamento, porque justamente quanto a esse tema o Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, em votação unânime, em julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, julgou pela inconstitucionalidade de dispensas de licenciamento ambiental. Dispositivos gravíssimos como a licença por adesão e compromisso para todo e qualquer empreendimento de médio ou baixo potencial poluidor sequer foram objeto de discussão durante o processo de diálogo. Por isso, nós nos surpreendemos quando encontramos o dispositivo que estabelece o licenciamento autodeclaratório como a regra para todo o País.

A finalidade da Lei Geral poderia ser garantir a segurança jurídica aos empreendimentos, ao meio ambiente e às pessoas impactadas por empreendimentos. Infelizmente, o que verificamos é que, em uma série de dispositivos, o texto acaba contrariando a jurisprudência do Supremo: as dispensas, por exemplo, contrariam a Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADI 5312, do Tocantins, e a retirada do texto das regras de competência legislativa ambiental de que as normas estaduais e municipais devem respeito aos padrões mínimos estabelecidos pela norma geral, a ADI 2030.

A intenção de reduzir a judicialização também será minada. Além das questões ao Supremo, impactos que serão desconsiderados no licenciamento, como os impactos indiretos ou à saúde humana, simplesmente resultarão em judicialização.

A proliferação de normas, que é um problema reconhecido pela indústria, pelo agronegócio, pelos setores ambientais, a necessidade de padronização de procedimentos e a redução ação da discricionariedade dos órgãos ambientais, todos esses objetivos estão violados na quarta versão. Cada Estado e Município, quase 6 mil entes federativos, poderão simplesmente dispor se um empreendimento é ou não passível de licenciamento e de que forma. Não haverá qualquer padronização.

Uma norma que deveria ser técnica foi duramente criticada pelos maiores especialistas de licenciamento ambiental do País, reunidos na Associação Brasileira de Avaliação de Impacto. Desconsidera a localização do empreendimento, foca na tipologia e torna o licenciamento exceção e não regra.

Uma Lei Geral desequilibrada resultará em graves prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Uma lei equilibrada, por outro lado, contribui para garantir a eficiência e a celeridade do licenciamento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Dr. Maurício Guetta.

Passo agora a palavra à Sra. Julia Sagaz, Diretora Socioambiental da Associação Brasileira de Investidores em Alta Produção de Energia — ABIAPE, oradora indicada pelo PL.

A SRA. JULIA SAGAZ - Boa tarde! Eu cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Kim Kataguiri.

Eu queria parabenizar o Deputado pelo processo democrático de construção dessa lei, por meio das audiências públicas que já foram realizadas, por meio desta Comissão Especial agora e de todas as conversas. O Deputado sempre esteve muito aberto para atender a todos.

O Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico congrega 18 entidades de segmento nacional e 18 entidades de âmbito nacional do segmento de geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo de energia. O Fórum, por sua interlocução e interação com a academia, com o setor público, com a iniciativa privada, hoje é reconhecido como o principal interlocutor do setor elétrico para as questões socioambientais.

O setor elétrico — assim como o setor produtivo como um todo, acredito — já entendeu a importância do licenciamento ambiental, porque é o que vai trazer a base estrutural das questões ambientais da empresa. É a licença ambiental que vai definir as regras e as medidas de controle da atividade.

O setor elétrico não tem problema em fazer o licenciamento, em ser licenciado ou não ser licenciado. Ele não tem problema em fazer o EIA-RIMA. O setor elétrico não tem problema de compensar, até porque nós somos um dos principais setores que investe em compensação e mitigação dos impactos ambientais. Precisamos que o licenciamento ambiental tenha um prazo certo e um custo previsto. Todo atraso no licenciamento, seja numa geração, seja numa transmissão de energia, vai

causar um descompasso no setor, e esse descompasso vai ser compensado através de um despacho térmico. Esse despacho térmico vai aumentar as emissões de gases de efeito estufa e vai encarecer a tarifa de energia do consumidor como um todo. Por isso, entendemos que é preciso a elaboração de uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental, para que as regras sejam mais claras, para que exista uma previsibilidade, para que exista uma segurança jurídica para o empreendedor e para o próprio órgão ambiental.

Nós entendemos que a quarta versão do texto do Deputado Kim Kataguirí já avançou bastante em várias questões. Se a versão receber alguns ajustes, pode tornar-se uma lei que representa e atende os princípios do desenvolvimento sustentável. Ela vai acabar com um vácuo legislativo de vários anos e vai atender a questão da eficácia e eficiência do controle ambiental.

Em razão disso, nós entendemos que a lei vai melhorar o ambiente de negócio, vai conseguir atrair investimentos e pode aumentar a geração de emprego e renda para toda a população. É isso que precisamos que seja entendido.

Obrigada, Deputado.

Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Sra. Julia.

Passo agora a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que dispõe de 5 minutos como Líder e 3 minutos como inscrito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Presidente, colega Deputado Kim, quero aqui falar em nome dos colegas do PSDB, mas quero trazer também as minhas preocupações, colhidas ao longo de toda uma vida dedicada às questões públicas, tendo vivido esse dilema ainda na época de Prefeito em Divinópolis. Faço-o consciente da grave responsabilidade que temos.

Primeiro, quero cumprimentar todos os que aqui vieram. Cada um, com a sua linha ideológica, suas experiências e vivências, traz uma contribuição importante. Cumprimento a todos, na pessoa do meu colega Germano Luiz Gomes, Secretário de Estado do Meio Ambiente em Minas Gerais, que também preside a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

Observei hoje um ponto de convergência, Germano. No passado, às vezes, a ousadia estava em fazer uma defesa radical à direita ou à esquerda. Acho que hoje é preciso ter a ousadia de ser moderado, ser equilibrado, de buscar, de fato, construir convergências com um bom propósito, com um propósito que preserve, sim, o meio ambiente, mas que, com absoluta clareza, possibilite-nos fazer com que este País se desenvolva, gere empregos, mais igualdades e mais oportunidades. Isso é possível, tanto que ouvi falarem sobre isso. O Germano foi o primeiro que tratou disso de maneira clara: da necessidade, sim, de uma Lei Geral, de definição, com maior clareza e com maior segurança jurídica. Também o Ministro Sarney falou sobre isso. A Secretária do Distrito Federal, oradora indicada pela Minoria ou pela Oposição, há pouco disse também que é preciso, sim, uma Lei Geral.

E por que é preciso uma Lei Geral? Vejam como é curioso! Alguém pode achar que não: "*Vamos deixar o CONAMA, um conselho, decidir tudo*". Olhem que nós estamos há 15 anos num debate amplo, na Casa que representa o povo brasileiro, procurando construir um debate maduro, e agora com audiências públicas, que fatalmente virá para o Plenário dos 513 representantes do povo e depois para o Senado. Isso é menos relevante do que um conselho?

Temos todo o respeito pelo Conselho, mas este também é sujeito a equívocos. Eu mesmo testemunhei um grave equívoco. O Conselho, sob o pretexto de querer resolver tudo, às vezes radicaliza. Eu me lembro, por exemplo, de que, quando votamos o Código Florestal de Minas Gerais, nós tentamos regulamentar a questão da APP no entorno de grandes lagos artificiais que foram licenciados ou que nem licenciamento tiveram, porque foram construídos na primeira metade do século XX.

Furnas é um exemplo. Em 1960, não havia definição de APP e não houve desapropriação. Nós construímos, com a sociedade mineira, uma solução. Colocamos lá um artigo: 30 metros de APP. E cada um proprietário aceitou aquilo. Mas o CONAMA disse: "*Não, eu quero 100 metros*" — e sem desapropriação, porque não houve desapropriação. Fomos fazer uma análise com as autoridades ambientais e públicas; ficaria em bilhões e bilhões de reais, se o poder público fosse desapropriar. Portanto, era o equivalente a dizer: o CONAMA quer uma norma que não se aplica. Aí se estabeleceu o conflito. Veio o Ministério Público querendo 100 metros de APP, onde não se desapropriou ninguém. No final, o Código Florestal federal colocou apenas, como limite de APP, o nível da água e a máxima *maximorum*, ou o máximo de cheia, solução muito pior do que a dos 30 metros, que nós estávamos construindo.

Portanto, o radicalismo prejudica o meio ambiente, gera insegurança jurídica, prejudica o servidor público, que fica inseguro, não consegue trabalhar. Isso gera disputa entre os órgãos ambientais. O Germano falou isso. Cada um quer uma

fatia do poder, e as coisas não andam. De repente, vai para o órgão do patrimônio histórico e não tem prazo para voltar. Por isso, tem que haver uma Lei Geral, tem que haver, sim!

E é uma ideia fantástica o licenciamento por adesão, em situações de baixo impacto ambiental. Tem que haver, sim, o ato declaratório, com o RT, o responsável técnico. Você pode fazer um prédio de cem andares e o RT assina, e milhares de vidas vão estar ali; mas você não pode licenciar um posto de gasolina numa capital sem fazer todo um processo de licenciamento. O RT não vale nada!

Ora, nós já tratamos disto na lei estadual e na lei federal, que o RT pode sim dar, em determinadas situações, a sua posição. Vem o CONAMA e diz: *"Não, eu quero que uma mera extração de areia por dragagem, que vai beneficiar o curso da água, desassoreando, tem que..."*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - V.Exa. dispõe ainda de 3 minutos, como inscrito, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Obrigado, Sr. Presidente.

Concluo o meu pronunciamento dizendo o seguinte: se nós não tivermos um esforço de convergência e de bom senso, nós vamos produzir para o Brasil os resultados extremos que nós estamos vendo.

Eu alertava a servidores públicos que vieram, no mandato passado, dizer-me que não poderia ser votada reforma da Previdência nenhuma. Eu dizia a eles: *"Tenham mais bom senso, vamos pensar no Brasil! Sem nenhuma reforma, será o caos. Qualquer um que ganhar, de qualquer partido, irá fazê-la. E talvez a faça de maneira mais dura"*. Fizemos a reforma aqui, e espero que seja feita no Senado. E espero que se estenda aos Estados e Municípios, enquanto é tempo.

Vamos fazer, sim, uma modernização da legislação ambiental para licenciamento, para valorizar o meio ambiente, para valorizar o servidor público, para que servidor público não fique sendo ameaçado de ação civil pelo MP, que às vezes faz esse tipo de pressão. Não aceita que a sua tese não será vitoriosa e ameaça os Conselhos — o COPAM, os CONAMAs, os CODEMAs — de ação civil pública. É isso que nós estamos vivendo no Brasil, é esse atraso do radicalismo.

O radicalismo deixou de ser algo meritório. Foi para mim aos meus 18 anos, na UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais, como membro do diretório acadêmico. Sejam mais maduros! Temos responsabilidade com o Brasil! Nós podemos aprimorar a lei, preservando o meio ambiente e dando possibilidade de desenvolver este País.

Boa Vista, em Roraima, está dependendo da Venezuela, que está um caos, porque não pode fazer um linhão para levar energia elétrica aos nossos irmãos brasileiros. Ora, que vergonha isso! Que vergonha para quem defende esse sistema travado! Isso não é defesa do meio ambiente, isso é um radicalismo atrasado, um radicalismo que prejudica o meio ambiente e prejudica os servidores. Atende alguns interesses. Atende alguns interesses corporativos, atende interesses de quem gosta de vender parecer.

Eu já vi situações em que alguém, para liberar determinado projeto, diz a mim: *"Já cumpri tudo do meio ambiente. Agora apareceu que eu tenho que levar um antropólogo e não sei mais quem. Já me pediram, o mínimo é 120 mil reais"*. Indago: *"Mas para quê?" "Porque tem que fazer um levantamento em uma área lá e pode eventualmente ter alguma caverna"*. E isso em uma região que eu conheço, porque eu nasci lá. Não tem nada disso! Ele perguntou: *"Mas não tem outro mais barato?" "Não, não tem não, eles têm um acordo entre eles"*. Esse tipo de nojeira existe!

E os senhores, que são parceiros sérios, que vieram a esta Casa e que defendem o meio ambiente, têm que enfrentar isso. Parem de defender corporativismo, que não defende o meio ambiente! Defendam, sim, o meio ambiente e um País saudável, que vai evoluir e gerar emprego e oportunidade para todo mundo. É o que eu espero.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra agora ao Deputado Nilto Tatto, do PT.

V.Exa. dispõe do tempo de 5 minutos, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, mais 3 minutos, por estar inscrito. Se V.Exa. quiser, concedo-lhe mais 2 minutos, como Líder da bancada ruralista.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Presidente, Deputado Kim Kataguirí, e os demais colegas Parlamentares que estão nesta Comissão Geral.

Quero cumprimentar os movimentos e as entidades presentes.

Quero começar dizendo que, na verdade, esta Comissão Geral foi chamada antes de terem estourado ou aparecido perante a opinião pública as queimadas e o desmatamento da Amazônia. E há um esforço muito grande do Presidente Rodrigo Maia para tentar produzir alguma agenda positiva de consenso dentro desta Casa, até para poder dar resposta ao clamor

da sociedade brasileira e da comunidade internacional, em função do descaso que nós vimos acompanhando por parte do Governo Bolsonaro e do Ministério do Meio Ambiente. Tal descaso ocorre em várias áreas, mas as queimadas na Amazônia e o desmatamento têm chamado a atenção.

Contudo, na medida em que se criam espaços para se tentar construir agendas de consenso no dia a dia dentro desta Casa, estão tramitando, a todo o vapor, projetos de lei ou proposições que vão no sentido contrário a essa preocupação expressada, pelo menos nos meios de comunicação ou às vezes em ações aqui dentro.

Cito o exemplo do próprio relatório que foi aprovado agora na Comissão da Medida Provisória nº 884, de 2019. Ali se joga na lata do lixo o Código Florestal. Aquilo que foi resultado de um amplo processo de debate, para a aprovação do Código Florestal, fica ali completamente anulado. Aqueles 12 milhões de hectares que teriam que ser recuperados para se adequarem as propriedades acabam simplesmente caindo por terra, com o relatório que foi aprovado e que vem para o Plenário da Câmara para ser votado.

Portanto, não há sentido em se fazer um esforço — ou se demonstrar um esforço e falar isto para a imprensa —, sendo que, no dia a dia, votam-se matérias como essa. É exemplo a instalação da PEC 187, de 2016, que tenta forçar o arrendamento de terras indígenas para o setor agropecuário; ou a aprovação, da forma como está no relatório, da lei que libera a posse de armas, sendo que se prevê na lei, por exemplo, a criação dos clubes de caça, retirando do IBAMA o papel de fiscalizar e fazer o controle do que se vai caçar, jogando para o Exército o controle dos clubes de caça. Não tem sentido isso.

Chegando especificamente ao objeto desta Comissão Geral, digo que nós somos favoráveis — e disto o Brasil precisa — a uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental, mas partindo da premissa de que, quando se tem uma lei de licenciamento ambiental, esta deve partir do Estado. Cabe ao Estado fazer isso, cabe ao poder público, e o poder público vai no sentido de zelar, em primeiro lugar, por aquilo que é patrimônio da coletividade.

Portanto, quando se analisam os impactos ambientais e quando se diz que é necessário que se faça estudo de impacto ambiental para determinados empreendimentos, sejam quais forem eles, independentemente do quanto são importantes economicamente para o País — ou para gerar emprego, ou para gerar riqueza —, quando se avalia, é porque se está cuidando de bens que são importantes não só para a nossa geração ou para determinado setor econômico. Nós estamos falando de ativos e de bens que são importantes inclusive para as futuras gerações, que às vezes são importantes não só para aquela comunidade ou para aquele país, mas inclusive para a humanidade.

Por isso, uma Lei Geral precisa partir de premissas que considerem a participação social. A comunidade, a sociedade, a opinião pública precisam acompanhar os processos. É preciso que tenha segurança jurídica do ponto de vista dos ganhos que a sociedade construiu em termos de legislação em Direito Ambiental, que olhe para o futuro e respeite as outras formas de vida, não só a nossa espécie. É preciso que tenha segurança jurídica, que tenha a segurança e o entendimento de que a sociedade quer construir uma nação que contemple a diversidade étnica e cultural. Portanto, dos povos e das comunidades, os direitos que estão consagrados na Constituição têm que estar assegurados. Por isso, também o princípio da precaução precisa ser considerado.

O relatório que foi elaborado pelo Deputado Kim Kataguiri não assegura o que está colocado. Tira o papel do CONAMA e de todo o sistema. Tira o papel de instituições importantes, como a Fundação Cultural Palmares ou o ICMBio, que cuidam de parte desse conjunto, desse legado que o Brasil construiu do ponto de vista da legislação. Por isso, nós fomos pelo caminho de apresentar um relatório alternativo, porque nós queremos uma Lei Geral que seja atualizada, que desburocratize, que ajude a trazer inclusive investimentos, mas para isso nós precisamos mudar o espaço de negociação.

O Deputado que me antecedeu falou inclusive do radicalismo. Se o setor da agropecuária neste Brasil, se o setor da infraestrutura e o setor financeiro não fizerem uma inflexão e não saírem do radicalismo, não sentarem numa mesa e considerarem os ganhos do ponto de vista da legislação ambiental e social como garantia e conquista da sociedade brasileira, nós não vamos a lugar algum. O radicalismo não está nos ambientalistas, nos povos indígenas ou nos quilombolas; o radicalismo, neste processo de negociação, está com a bancada da Frente Parlamentar da Agropecuária e as da infraestrutura, que no relatório do Deputado Kim Kataguiri colocou as suas posições inclusive em relação a questões que sequer apareceram nas audiências públicas.

Por isso, esta Comissão Geral, assim como as audiências públicas, não está servindo mais como espaço para construirmos o consenso necessário. Ou nós arrumamos um espaço onde possamos aprofundar o debate e fazer com que esses setores façam uma inflexão e saiam do radicalismo de querer ganhar e produzir riqueza a qualquer custo, ou não vamos conseguir nada. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Nilto Tatto, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Rodrigo Agostinho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Kim Kataguiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Passo a palavra agora ao Deputado Zé Silva, pela Liderança do Solidariedade. S.Exa. terá o tempo de Liderança acrescido ao de inscrição. S.Exa. já está inclusive posicionado na tribuna do PT, já que o Deputado Nilto Tatto resolveu usar a tribuna do PSL. *(Risos.)*

V.Exa. dispõe de 8 minutos.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, demais presentes, quero cumprimentar a todos em nome do Secretário Germano, da nossa querida Minas Gerais, que lidera a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA e que tem propostas concretas, elaboradas ao longo dos últimos 6 anos.

Geralmente as nações são assim classificadas, quando se pensa em Estado como federação: nações caudalosas, que cuidam de tudo; nações mínimas, que não cumprem as suas funções; nações que, conforme aqueles que a defendem, são um Estado necessário. O Brasil inovou, quando se trata das políticas da gestão ambiental: criou o Estado caudaloso do comando e controle.

Os meu colegas profissionais da área de ciências agrárias — já tenho mais de 30 anos nessa estrada — vivem com o apagão das canetas, por causa do emaranhado de leis, de normas, de portarias. Quando construímos o Código Florestal, eram mais de dezesseis dessas legislações. Há sobreposição de atribuições e principalmente normas ultrapassadas, que não tramitam e não são discutidas nesta Casa, que é a Casa do Povo. Como disse aqui o Deputado mineiro Domingos Sávio, é importante esta discussão. Há também o desconhecimento das inovações e das informações modernas trazidas, facilmente analisáveis, com a tecnologia da informação. Há um rosário de intervenientes que cria aquilo citado pelo Secretário: a disputa de poderes entre quase 5.600 entes federais, quando se contam Estados e Municípios. Sem prazo, há a subjetividade nas análises.

Quem perde com esse Estado caudaloso, nessa teia de burocracia, é o meio ambiente — há o risco à vida — e principalmente o desenvolvimento sustentável. E nós mineiros sabemos disso, não só pelo sangue que corre em nossas veias, mas muito pelas tragédias que assolaram a nossa querida Minas Gerais, como as de Brumadinho e de Mariana.

Nesse Estado caudaloso, que fez com que o sistema nacional do Meio Ambiente nos desse o diagnóstico desse colapso, nós não podemos colocar essa conta no agronegócio. Quando se fala de agronegócio, não se fala em separação do agronegócio e da agricultura familiar. Tudo é agronegócio: um familiar que tem um foco na sua produção, na sua vocação; e aquele com outra vocação, para a balança comercial brasileira.

Especialmente quanto ao licenciamento ambiental, este não é de nenhum setor. O licenciamento que tem que ser para a mineração, que representa 0,5% da área territorial brasileira, mas impacta 16,8% no PIB industrial e 5% no PIB nacional, que tem 9.415 minas de exploração minerária sob concessão do Brasil; para as 14.403 obras paradas no Brasil. Dessas obras paradas — venho estudando há 5 anos este tema —, 9,8% estão paradas por causa dessa teia caudalosa do comando e controle do licenciamento ambiental.

Quando se trata também de saneamento — pasmem! —, 41% dos Estados brasileiros não têm nenhum tipo de licenciamento ambiental para todas as modalidades de saneamento de que o Município precisa. Ao se tratar de saneamento, a iniciativa privada só participa com 6%, porque não há segurança jurídica, não há segurança para se fazerem os investimentos.

Quando nós falamos da agricultura e do agronegócio, vemos que nós temos dez países no mundo que têm acima de 2 milhões de quilômetros quadrados de território. Desses, só o Brasil tem 30% da sua ocupação territorial com APAs, parques e terras indígenas, que são 600; são 1.815 áreas, entre parques e reservas. Os outros países não chegam a 10%. Contudo, não vamos ficar nesses dados, basta saber como nós cuidamos desses 30% do território brasileiro.

Por isso, depois desse diagnóstico e dessas reflexões, depois de escutarmos 31 colegas, técnicos e profissionais, que falaram das suas teses, depois de quase 90 horas — com muitos dos que estão aqui — de oitivas sobre a tragédia de Brumadinho, eu tenho a convicção, como extensionista, como agricultor, como técnico, como Parlamentar, de que é preciso que haja uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

É preciso que haja a Lei Geral, mas é preciso também tratar os diferentes de forma diferente. Um agricultor que vai plantar um hectare de terra do seu alimento, um agricultor familiar, não pode ser submetido ao mesmo regramento de uma

mineração de grande porte ou de alta capacidade de gerar impacto ou poluição. Por isso, é preciso que haja o licenciamento ambiental, mas é preciso haver leis específicas para cada segmento.

Alguns que me antecederam falaram da avaliação ambiental estratégica. Assim como o Secretário de Minas Gerais, eu já estive em países como a Holanda, que em 27 dias emite um licenciamento ambiental, porque eles conhecem o seu zoneamento ecológico e econômico, conhecem a capacidade de uso e produção do solo, conhecem os biomas. O Brasil precisa fazer esse planejamento e sair dessa praga da lavoura brasileira que é a falta de visão de futuro e de visão estratégica. Para concluir, Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, e aqueles que nos assistem, é preciso entender que a política ambiental é um diferencial estratégico brasileiro, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, para a nossa cobertura florestal, que é importante não só para o Brasil mas também para o mundo; para um bem tão estratégico para a vida, a água.

Portanto, eu quero encerrar dizendo que é preciso tratar da lei do licenciamento ambiental, da Lei Geral, mas é preciso tratar dos outros projetos que tramitam nesta Casa, dos que foram tratados na Comissão Externa sobre o licenciamento ambiental para mineração no Brasil. A mineração é importante, mas não pode ser uma ameaça à vida ou ao meio ambiente.

Parabéns a todos que se dispuseram a vir falar de futuro, de um Brasil diferente e especialmente de respeito à vida e ao meio ambiente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Zé Silva.

Mais uma vez, já se ocupa a tribuna do Governo, do PSL. Passo a palavra, por 8 minutos, à Deputada Joice... perdão, à Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Quem diz que esta tribuna é da Direita são vocês. A Esquerda está ocupando as duas tribunas.

Sr. Presidente, Deputado Kim Kataguiri, primeiramente. quero saudar os movimentos e entidades presentes.

Vou tentar, nestes 8 minutos, ser objetiva.

Embora eu saiba que V.Exa., Deputado Kim Kataguiri, gosta bastante de trocadilhos, acho que a situação é muito séria e exige que brinquemos menos e pensemos em alternativas para o grave quadro da questão ambiental no Brasil.

Eu queria, sendo objetiva, começar dizendo que não é possível que não se tenha consenso de que este texto, este quarto texto, Deputado Kim, é um desastre. Não há outra palavra para falar do último texto. Sem dúvida, se aprovado, será um instrumento para aprofundar a grave crise ambiental que p nosso País hoje protagonista. Não é possível que se entenda — mesmo aqueles que defendem, como eu, que haja uma reorganização da legislação de licenciamento no Brasil — que esta seja a agenda estruturante para um Brasil em crise, para um Brasil que tem passado vergonha nas suas iniciativas governamentais, nas pautas que envolvem justiça socioambiental.

Eu queria, antes de tudo, trazer uma crítica respeitosa ao método e a como estamos tratando este Grupo de Trabalho, porque eu sou daquelas que acham que a participação popular tem que ser priorizada sempre. De fato, houve ao menos dez audiências públicas, para além das audiências externas. Muitas entidades foram ouvidas, muitos movimentos sociais foram ouvidos, mas o resultado final não produziu sequer consenso. Sequer chegou próximo de um equilíbrio entre os setores ouvidos nas audiências públicas. Isso não é participação, isso não é democracia. Portanto, precisamos fazer uma dura crítica, Deputado Kim, ao método. Caso contrário, sairá daqui a ideia de que teremos um texto produto de escuta de diferentes entidades, e isso não é a verdade que está colocada.

Aliás, eu gostaria de saber onde o quinto texto vai ser decidido, com quem vai ser conversado, e de reivindicar uma reunião do nosso Grupo de Trabalho, para que possamos nos debruçar sobre um quinto texto, que, espero, aproxime-se mais de algum consenso.

Entrando no debate do mérito, afirmo que desburocratizar não é flexibilizar. Desburocratizar não é jogar no lixo a essência do licenciamento, que é prevenir, mitigar e compensar os danos. Não há desenvolvimento que tenha o direito de jogar no lixo o principal instrumento, hoje, da política ambiental brasileira. Lamentavelmente, parece-me que é o que está sendo feito.

Eu queria só reforçar alguns pontos já levantados.

É inadmissível que se desconsiderem os impactos indiretos. Isto está indo na contramão de toda a literatura internacional, de tudo que se acumulou, nos diferentes campos, sobre licenciamento. Dizer que não se consideram os impactos indiretos não faz os impactos indiretos desaparecerem no ar, como se fossem poeira. Faz apenas não haver, Deputado, responsabilização dos empreendedores. Isso pode aumentar o custo do poder público. Mas mais grave do que isso é o poder público não ter nem a dimensão dos impactos indiretos. Basta ver, por exemplo, Brumadinho e o impacto

dos empreendimentos de mineração de Brumadinho na Bacia do Rio São Francisco. São impactos indiretos. Vamos desconsiderar isso?

É lamentável inclusive para os próprios empreendedores, porque pode causar insegurança jurídica, pode atrasar ainda mais os procedimentos de licenciamento.

Além disso, vou citar rapidamente, porque o meu tempo já está terminando, a licença por adesão e compromisso para pavimentação e ampliação de rodovias. O exemplo clássico: a BR-319. Imaginem o impacto no entorno daquela região, que já teve uma ampliação absurda do seu desmatamento! Ela pode, daqui a alguns anos, ter aumentado em mais de 500% o seu desmatamento caso seja pavimentada a rodovia. É diferente asfaltar a rua do lado da minha casa de pavimentar uma rua em determinadas regiões.

Eu queria trazer mais um elemento, que infelizmente foi desconsiderado: a escuta concreta, real e constitucional dos povos e comunidades tradicionais. Quando se restringe a escuta de órgãos como FUNAI e Fundação Palmares, ignora-se a realidade brasileira, ignora-se inclusive o desmonte dos órgãos ambientais; ignora-se que, por conta desse desmonte, haja demora na conclusão dos processos de demarcação efetiva de terras indígenas e quilombolas.

Hoje, caso a legislação seja aprovada dessa forma, vai haver ao menos 163 territórios indígenas desconsiderados, ao menos 87% de terras quilombolas ignoradas. Isso é ignorar a maioria do povo brasileiro, ignorar os donos do território brasileiro, quando se restringe a escuta à FUNAI e à Fundação Palmares. Não é possível restringirmos as terras indígenas com portaria declaratória publicada, com terras quilombolas tituladas! Isso rompe com a Convenção nº 169 da OIT. Aliás, eu nunca ouvi se falar tanto na Convenção 169 no Congresso como agora, porque ela tem sido sistematicamente rompida em várias iniciativas.

Eu termino inserindo isso num contexto mais global. Não é possível! Por isso, apelo aos Deputados para que percebam a realidade que estamos vivendo. Não é possível que num momento de desmonte dos órgãos ambientais, com cortes no ICMBio, no IBAMA e no próprio Ministério do Meio Ambiente de mais de 190 milhões, nós apostarmos nesta agenda como agenda do Parlamento brasileiro! É essa a resposta que nós vamos dar para o mundo? É essa a resposta que nós vamos dar para aqueles que preservam a biodiversidade brasileira? Eu acho que não pode ser essa a aposta deste Parlamento.

Nós deveríamos estar rejeitando, por exemplo, o diálogo de Salles com madeireiros que atearam fogo no caminhão que iria abastecer os helicópteros do IBAMA para fiscalizar o desastre que está acontecendo no Brasil. Nós deveríamos estar aqui repudiando o dia do fogo, que foi avisado pelo Ministério Público. Nós deveríamos estar aqui apresentando uma agenda de desmatamento zero, uma agenda de ampliação de orçamento para esses órgãos, ao invés, Deputado Kim, de lamentavelmente estarmos jogando no lixo a contribuição, a ciência e a evidência de que no Brasil há essas marcas que permitiram os desastres de Brumadinho e Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputada Talíria Petrone.

Passo a palavra para o Deputado Sergio Souza, pelo MDB, durante 8 minutos.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/MDB - PR) - Boa tarde a todos. Sejam todos bem-vindos ao plenário da Câmara dos Deputados. A beleza da democracia é isso. Aqui não há tribuna da Esquerda, da Direita, mas historicamente a Esquerda ocupa este lado do plenário, e a Direita, aquele. E hoje nós estamos aqui intercalando, para dar um recado à sociedade brasileira e a todos que estão aqui presentes.

Só quem leu o texto na íntegra sabe que não há discordância nele por inteiro. Muito pelo contrário, na maior parte do texto do licenciamento ambiental, apresentado por S.Exa. o Deputado Kim Kataguiri, há convergência entre Direita e Esquerda, entre ruralistas e ambientalistas. Há convergência. Há alguns pontos de divergência. Eu mesmo tenho algumas divergências não pelo lado do agro, porque aqui, Deputado Alceu Moreira, V.Exa. que preside a FPA, nós precisamos deixar bem claro — deu para perceber durante esta audiência pública — que me parece que é o agro que está forçando isso. Até disse aqui o meu amigo, inclusive, que tem conterrâneos no Estado do Paraná, meu Estado, o Deputado Nilto Tatto, que é a Frente Parlamentar da Agropecuária que tem conduzido, mas não é verdade isso. Este é um texto que vem sendo construído há 15 anos, já teve uma enormidade de Relatores. Nós estamos buscando uma convergência, pelo menos no entendimento de que não fique o pior para nenhum dos lados e que ninguém saia cantando que foi vitorioso, porque aí todos sairíamos derrotados. Nós queremos alguém que construa — e o Deputado Kim Kataguiri tem feito isso — um texto que seja consensual.

Aqui, nós temos que fazer uma referência ao Deputado Rodrigo Maia, Presidente desta Casa, que tem demonstrado preocupação com temas como este, não só o licenciamento ambiental. Na próxima semana vamos discutir a questão dos defensivos; como vamos discutir esta semana, neste plenário, outros temas de interesse ambiental e para o desenvolvimento do País, como fizemos na semana passada com relação ao PSA — Pagamento por Serviços Ambientais. Nós estamos

avançando em temas que há décadas permanecem nos arquivos, nas gavetas, porque não se constrói uma maioria inteligente que consiga avançar nesses pontos.

Se nós prestarmos bem atenção, onde é que o licenciamento ambiental afeta o agro? Para buscar uma licença no IBAMA para desmatamento legal, dentro daquilo de quem é dono da propriedade, permitido pelo Código Florestal, pode suprimir a vegetação? Quando ele for instalar um chiqueirão, um galpão para criar suínos, porcos, aves, uma leiteria? Não tenham os senhores e as senhoras nenhuma dúvida de que o agricultor tem preocupação com relação a isso. Não tenham não! Ele se submete a toda a legislação e a todos os critérios, para que a sua pocilga de suínos não deixe dejetos para contaminar o lençol freático. Muito pelo contrário, ele faz o tratamento do resíduo e depois ainda utiliza aquilo como adubo na sua propriedade.

Vão visitar uma leiteria lá no Estado de Minas Gerais do Deputado Domingo Sávio, do Deputado José Silva; lá no meu Estado, lá em Castro, Deputada Aline, de V.Exa. Vão lá visitar uma leiteria para os senhores verem a preocupação que há com o meio ambiente, porque, se nós não tivermos um produto de qualidade sanitária para chegar à mesa do povo brasileiro, que é o grande consumidor, não haverá mercado. Um alimento produzido no Brasil é alimento de qualidade.

Mas o licenciamento, minha gente, é muito mais importante para o agro não nas atividades propriamente do agricultor, mas nas atividades da indústria, aqui representada pela CNI, nas atividades do comércio. Um *pet shop*, uma padaria precisam de licenciamento. Uma banca de verduras, uma mercearia, uma oficina mecânica precisam de licenciamento.

No Brasil, para se escoar uma safra, uma produção, custa 5 vezes mais do que na Argentina, do que nos Estados Unidos. O licenciamento ambiental interessa ao agro quando nós queremos reduzir o custo de produção, que inviabiliza a industrialização, a competitividade dentro do nosso País. Uma tonelada de soja dentro de um navio, Presidente Kim Kataguirí, aqui no Porto de Paranaguá, lá no do Rio Grande, no de Santos, vale em média 440 dólares. No porto de New Orleans, nos Estados Unidos, ou de Buenos Aires, ali na Argentina, 440 dólares em média. Agora, para colocar essa tonelada de soja lá dentro, custa cinco vezes mais no Brasil do que na Argentina e nos Estados Unidos, porque as nossas rodovias são ineficientes. Não conseguimos os licenciamentos para fazer rodovias estruturantes neste País de 500 anos — ferrovias, portos e assim por diante. Isso encarece o custo de produção.

E quem paga essa conta? Vocês todos, povo brasileiro, que, na hora em que vão consumir o alimento, pagam mais caro, porque está embutido nele o custo da burocracia, da corrupção e da infraestrutura ineficiente.

E para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aqui, se precisássemos dessa burocracia toda, não teríamos o Cristo Redentor hoje, construído no topo de um morro no Rio de Janeiro. Brasília foi construída em 5 anos. A segunda pista do aeroporto, recentemente inaugurada, demorou 11 anos para ser licenciada. Vinte e cinco por cento do custo de Belo Monte, uma das maiores hidrelétricas do mundo, foi licenciamento ambiental. E quem paga essa conta? O cidadão brasileiro. Ou os senhores acham que não está no preço da energia elétrica, que move a indústria neste País? Nós todos pagamos as contas!

Por isso que no Brasil é caro. Por isso que o Brasil está engessado. Nós precisamos de legislações como esta para facilitar, mas que a façamos, Deputado Nilto Tatto, com responsabilidade. E é isto que nós buscamos aqui: a convergência num texto que seja bom para o povo brasileiro, gerando emprego, renda e desenvolvimento para todos.

Muito obrigado. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Sergio Souza.

Passo a palavra agora, pelo PSL, à Deputada Aline Sleutjes, pelo tempo de 8 minutos.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) - Boa tarde a todos. Boa tarde, nosso Presidente e Relator desta grande e bela audiência. Boa tarde a todos os Deputados, instituições e população em geral que nos assiste neste momento.

Há 15 anos está sendo discutido o referido tema, da mesma forma que aconteceu com a reforma da Previdência, com a reforma tributária e tantos outros temas que apenas neste Governo e neste Congresso temos a coragem de discutir e de votar. Essa é a verdade sobre por que este tema está sendo discutido neste momento. Talvez, há tempos, não tenha havido um envolvimento e uma discussão plena deste assunto e a coragem de votar uma pauta como esta.

Precisamos, sim, de maior segurança jurídica, mas precisamos de liberdade para o empreendedorismo e para os investimentos no nosso País. As licenças ambientais hoje chegam a custar 27% do custo dos empreendimentos, o que muitas vezes inviabiliza a atividade. Precisamos, sim, desburocratizar, modernizar, dar transparência e responsabilidade para o licenciamento ambiental. E isso só será possível com um novo marco legal.

Muitos falam em futuro, muitos falaram em futuro aqui nesta audiência, mas pergunto às senhoras e aos senhores o que é futuro. Futuro sem emprego? Futuro sem geração de renda? Futuro sem trabalho? Futuro sem alimento, Deputada? Futuro sem comida no prato do nosso cidadão? Que futuro é este? Se falarmos apenas que futuro é cuidar do meio ambiente,

vamos fazer o que se não entusiasmos e incentivamos os empreendedores, os empresários e as pessoas que querem fazer este País ir para a frente?

Muitos falam que temos, sim, a obrigação de cuidado e zelo — e temos —, mas temos também um Código Florestal rico, forte, zeloso e que tem sido seguido por todos os cidadãos de bem. Existem erros? Existem falhas? Existem. Para isso, existe Justiça para fiscalizar, verificar e punir aqueles que não a cumparam.

Precisamos, sim, de manutenção e melhoria das nossas estradas. Precisamos da melhoria das redes de transmissão de energia. Precisamos da modernização e manutenção dos nossos portos e aeroportos. Precisamos que a real situação do nosso empreendimento, comércio e investimento melhore, porque, enquanto continuarmos aqui na queda de braço, meio ambiente ou contra o meio ambiente, o País vai para o buraco.

O que queremos? Um projeto claro, um projeto simples, um projeto fácil de se cumprir. Um projeto para induzir e reduzir a desburocratização, mantendo a segurança ambiental com facilitação jurídica. Isso não é deixar de cumprir códigos e leis, isso é fazer com que as pessoas tenham o direito de investimento e melhorem a qualidade dos seus serviços, para que gerem emprego e renda para a nossa população.

Para o time que torce pelo "quanto pior, melhor", realmente engessar o Brasil é uma vantagem. Agora, para nós que torcemos por um Brasil melhor, desburocratizar é o caminho de fazer realmente o nosso País ir para a frente. Perguntem para os investidores, para os nossos empreendedores, se a nossa legislação é adequada, se ela favorece o desenvolvimento do nosso País, se somos competitivos, como os outros países, ou se estamos amarrando e segmentando o comércio e o investimento.

Demorar 10 ou 15 anos para liberar um porto ou uma estrada, ou outra infraestrutura importante para retirar nossos grãos ou os produtos que alimentam o Brasil e o mundo, parece coerente, Oposição? Esta é a coerência que esperamos do nosso País?

Mais uma vez, saliento que não estamos em retrocesso, como foi dito nesta tribuna hoje. Ao contrário, estamos avançando, unindo avanços tecnológicos, qualidade de vida, zelo, trato pelo meio ambiente, pela agricultura e pela infraestrutura, garantindo a todos o cuidado com o meio ambiente. Além disso, estamos olhando principalmente para o futuro, que precisa — friso mais uma vez — de emprego, de alimento, de infraestrutura, de desenvolvimento econômico e técnico.

Para a redação final, precisamos deixar mais prático o que hoje prejudica, dificulta ou engessa o desenvolvimento do País. Precisamos de mais prudência e responsabilidade. Precisamos zelar pelo futuro do nosso País. Porém, o País do futuro é aquele que emprega, gera renda e alimenta. Precisamos de tecnologia, de dados, de informações e, principalmente, de parcerias entre os Municípios, os Estados e a União, bem como entre os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, da Tecnologia e da Infraestrutura. Isso, sim, é que tornará nosso País mais forte.

Precisamos, igualmente, de uma lei, para não ficarmos de 4 em 4 anos dependendo de mudanças nos critérios das normativas, de acordo com o viés político, ideológico e partidário. Precisamos dar estabilidade, equilíbrio e encorajamento para beneficiar ou fomentar os avanços para que o Brasil cresça, mas que cresça com segurança e competitividade.

Todos têm direito ao meio ambiente, como uma das participantes lembrou. É claro que temos direito ao meio ambiente! Eu quero que meus filhos, meus netos, as futuras gerações e todos nós tenhamos meio ambiente. Mas que todos os cidadãos brasileiros tenhamos também emprego, renda, saúde, tecnologia e futuro.

Eu também sou a favor do meio ambiente. Quero que todos tenham a possibilidade de enxergar o verde das paisagens e de sentir o ar puro. Mas também quero que todos tenhamos comida nos nossos pratos e que possamos alimentar o mundo.

Sem falar dos problemas maiores que temos a enfrentar, se continuarmos engessando os empreendedores, os empresários e os agricultores, quero ver que Brasil teremos daqui para a frente.

Gostaria de falar um pouquinho sobre a Amazônia, Sr. Presidente Kim Kataguirí e Sr. Relator, região tantas vezes hoje citada, mas que não é tema de discussão. É infundada a ideia relatada por muitos e por alguns Parlamentares de que temos o pior momento em se tratando da questão da Amazônia. Comprovadamente por meio de números, já mostramos que isso é uma mentira. Pior que mentira, é vermos neste Congresso, nos representantes do povo brasileiro, a condição de construir negativamente a história, a moral e o nome do nosso País lá fora. Deveríamos, sim, ser os representantes do povo, olhando o País que queremos e o País que vendemos.

Enquanto continuarmos nas nossas audiências, nas nossas legislações e nos nossos debates a falar mal do nosso País, estaremos construindo um buraco ou um muro entre os outros países, aqueles que são muitas vezes responsáveis pela compra dos nossos produtos.

Temos, sim, que encontrar equilíbrio nas nossas legislações, mas temos que ter responsabilidade, para vendermos ao mundo o Brasil que realmente temos: um Brasil sério, coerente, um Brasil do futuro, um Brasil para mim, para vocês, para nossos filhos, um Brasil que gere emprego, renda, sustentabilidade, e tenha amor pelo meio ambiente e pelo cidadão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputada Aline.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Agostinho.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) - Sr. Presidente Kim Kataguiiri, vou tentar ser breve, porque disponho de apenas 3 minutos.

Eu acho que tivemos um longo processo de discussão, com dez audiências públicas, ocasião em que tivemos uma boa oitiva de todos os interessados neste tema. Tivemos também amplo processo de consulta, no que diz respeito ao licenciamento da mineração, conduzido aqui pelo Deputado Zé Silva. Portanto, neste ano nós debatemos muito esta matéria, mas, na hora de fechar o texto, realmente faltou nos apropriarmos de grande parte do que foi discutido.

Hoje quase toda a nossa legislação é estadual, não federal. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nossa lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que continua bastante atual, foi estabelecida num momento em que alguns Estados já faziam o licenciamento, mas no Governo Federal nós não tínhamos um ordenamento sobre isso. Estávamos diante de várias obras com prejuízos ambientais muito grandes, como a Tucuruí, a Transamazônica. Vivíamos um período bem conturbado.

A partir daí, tivemos uma série de avanços, do ponto de vista de os Estados montarem sua legislação, até que recentemente os Municípios passaram a licenciar. Como sabemos, 80% dos Municípios brasileiros têm até 20 mil habitantes e não têm condições para assumir o licenciamento. Hoje o licenciamento está nos grandes Municípios, nas capitais e nos Estados. Hoje a exceção à regra é o Governo Federal.

Nós precisamos de uma legislação que concilie eficiência e precaução. Precisamos de eficiência, assim como precisamos de desburocratização, transparência, controle social. Precisamos avançar. Mas é preciso que a questão ambiental seja levada a sério. O Brasil é difícil, é um país complexo. Nós temos uma realidade social que é amplamente diversa e temos uma biodiversidade que precisa ser levada em conta, o que muitas vezes acaba se refletindo na discussão do licenciamento ambiental.

Nós temos problemas fundiários. Temos órgãos ambientais que não têm a estrutura mínima necessária para responder a todos os processos de licenciamento. Devíamos defender uma estrutura maior para os órgãos estaduais e para os órgãos de licenciamento, para que tenham condições de enfrentar este debate. De tempos em tempos, vem um governo novo e apresenta uma série de projetos de infraestrutura que precisam de agilidade no licenciamento.

Portanto, eu quero fazer um apelo, Deputado Kim Kataguiiri, para que realizemos reuniões buscando conciliações no texto. Antes de sair uma quinta ou sexta versão, sugiro discutirmos ponto a ponto, para procurar as convergências e trazer para o Plenário um texto que represente os anseios do Brasil, como a conservação da sua biodiversidade e o respeito aos direitos da população, mesmo porque nós não temos licença social para isso. Nós trazemos todos os problemas da sociedade para dentro da discussão do licenciamento ambiental.

Portanto, precisamos fazer um amplo esforço para discutir, ponto a ponto, as soluções. Senão, achamos que estamos apresentando soluções quando, na verdade, vamos acabar criando mais pontos para a judicialização deste tema, mais insegurança para este universo que já é bastante conturbado.

Precisamos que as boas práticas hoje dos Estados e Municípios se reflitam no texto. Os Estados estão fazendo coisas muito boas, mas que ainda não estão presentes neste texto. É preciso que isso aconteça. Senão, vamos condenar, no dia seguinte ao da publicação desta lei, os Estados a deixarem de fazer coisas que hoje representam agilidade e eficiência.

Que avancemos neste caminho!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho.

Passo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, minhas primeiras palavras são de reconhecimento pelo trabalho de um Deputado Federal que merece nosso mais profundo respeito. Em relação à idade, comparada à minha, eu poderia dizer que se trata de um menino, a despeito do trabalho maduro e qualificado que faz, ouvindo a todos com absoluta persistência e tolerância.

Eu queria parabenizá-lo, Deputado Kim Kataguirí, inclusive por coisas que constam no relatório, mas das quais eu discordo. No entanto, eu queria parabenizá-lo, porque se trata da construção de uma legislação ambiental para um país continental como o nosso, um tema multilateral que, para cada ângulo de visão em que se olha, reflete um modelo de licenciamento absolutamente distinto, um modelo de licenciamento básico, industrial, um modelo para a agricultura, para o artesanato. Os modelos para todos os setores são absolutamente distintos. O licenciamento raramente repete só uma linha.

Há outra questão: trabalhar com os entes federados, buscando a possibilidade de empoderar de autonomia os Municípios e o Estado, sem perder, em hipótese nenhuma, o eixo central do que queria o projeto de licenciamento ambiental federal. Ele deve, com certeza, ter uma linha de relação entre os entes federados, mas com a autonomia necessária, até mesmo com relação ao tempo.

Há muito tempo se debate nesta Casa este assunto. Temos uma grande massa crítica, autoridades e cientistas. Quando eu pedi ao Deputado Rodrigo Agostinho que realizasse esta Comissão Geral, eu tinha não a intenção de concluir o texto, porque não é numa reunião desta amplitude que vamos concluir este texto. A conclusão do texto certamente vai acontecer naquilo que ainda falta à construção de consensos, em oficinas, com pessoas que têm o poder de decisão sobre o tema e profundo conhecimento dele, pessoas que se pronunciam, porque podem acrescentar uma sílaba, mudar uma vírgula, retirar uma palavra, colocar outra, estabelecer um trecho que expresse outro com muito mais fidelidade do que aquele que julgavam ser perfeito.

De outro lado, não passar por esta Comissão Geral, não permitir que se expressasse por este microfone o eixo científico do processo, ou seja, as formas como eu vejo a verdade científica sobre este assunto, a meu ver, era algo que ficaria faltando. Eu precisava ter esta oportunidade, até mesmo para que as pessoas não dissessem que eu não tive a oportunidade de participar neste debate.

Concluindo, digo o seguinte: esta é, seguramente, uma matéria em que o consenso passará longe da unanimidade — o consenso é o possível. Nós vamos fazer o que é possível neste texto. Se um dia tivermos uma legislação ambiental que agrade ao Plenário inteiro, podem ter a certeza de que ela não terá resolvido absolutamente nada, já que ela é, por natureza, uma legislação que conflita com os interesses e segmentos ideológicos. É assim que tem que ser.

Porém, tenho absoluta certeza, meu querido Deputado Kim, que estamos muito perto do fim deste processo, e V.Exa., nas próximas reuniões, certamente encontrará não o quinto texto, mas a modificação de alguns detalhes do quarto, e nós teremos as condições necessárias para votar.

Esta Casa, ao fim e ao cabo, vai decidir por maioria, mas não pode fazê-lo de maneira triunfalista. Ela precisa fazê-lo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Alceu Moreira.

Passo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, nesta Comissão Geral, apresentar minhas considerações sobre este tão importante tema que esta Casa discute. É certo que este é um dos assuntos da área ambiental mais debatidos e analisados na atualidade: a possibilidade ou não de flexibilização do licenciamento ambiental.

O objetivo desta discussão na sociedade brasileira é a conciliação com a atividade econômica. A despeito de várias vozes contrárias, entendo que a flexibilização pode e deve ser almejada, pois a eficiência é um dos princípios constitucionais da administração. É lógico, existe limite para tanto, pois a supressão do sistema de controle ambiental é incondicional, como preceitua o inciso V do § 1º do art. 255 da Carta Magna: "*Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente*".

Portanto, se a Constituição Federal diz que, em matéria de meio ambiente, as exigências devem ser proporcionais aos impactos ambientais gerados, a flexibilização pode e deve ser almejada, obedecendo, obviamente, à nossa Constituição Federal. Daí, entendo que o mais adequado é discutir mais agilização do que facilitação, pois a simplificação dos trâmites e da burocracia é exigência dos dias atuais.

Congratulo-me com a Presidência desta Casa, que em tão boa hora traz ao debate este tema tão importante.

Concluindo minhas palavras, posso afirmar, sem medo de errar, aos senhores e às senhoras que aqui participam desta Comissão Geral que o aprimoramento da legislação sobre o licenciamento ambiental é necessário, urgente, e que hoje ele está em boas mãos. Ele está nas mãos do excelente Deputado Kim Kataguirí, responsável pela relatoria, alguém que, sem dúvida nenhuma, fará um bom trabalho.

Como disse aqui o Deputado Alceu, V.Exa. não conseguirá agradar a todos. É dessa forma. Mas nós temos que ir em busca do consenso, em busca da maioria. A maioria, na democracia, é que manda. Então, a maioria aqui decidirá.

Boa sorte e bom trabalho! Parabéns, Deputado Kim Kataguiri!

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HILDO ROCHA.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Passo agora a palavra ao Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Nobre Presidente, Deputado Kim Kataguiri, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução que vem tendo neste tema de extrema relevância para o País.

Quero aqui me somar também a uma voz recorrente, tanto de palestrantes quanto também dos Parlamentares de Situação ou de Centro ou de Oposição que me antecederam. Todos eles disseram da necessidade iminente da Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

Também vi que, dentre os princípios que norteiam essa proposição, justamente é o tratamento diferente para os casos desiguais. É importante dizer que para empreendimentos de pequeno porte existe, sim, flexibilização, desburocratização. Não obstante isso, também é mantido o rigor para os empreendimentos de grande magnitude neste País.

Quero aqui tratar do muito do que se diz da dificuldade que se tem hoje ao buscar um licenciamento ambiental. Abro aqui a discussão, dentre várias discussões que foram feitas, nobre Presidente, justamente para chamar a atenção para dificuldade que hoje os profissionais e aquele que vai cancelar a sua assinatura numa licença ambiental têm, que é justamente o temor pela responsabilidade que lhe será imputada amanhã numa ação do Ministério Público ou numa contestação que seja.

É importante dizer que esse profissional vai ter que arcar do bolso hoje para responder judicialmente a uma ação. Isso deve ser levado em consideração. Muito da morosidade que hoje é vista no serviço público, tanto estadual quanto municipal e federal, é o receio do servidor público em consignar ali, naquele documento, a sua assinatura.

Gostaria que V.Exa. tivesse, na sobriedade, na tranquilidade, na responsabilidade que está tendo, isso consignado também e, sabedor desta dificuldade, pudesse resguardar também essa responsabilidade que tem o servidor em cancelar a sua assinatura. Eu queria dizer que V.Exa. está aberto. Quando V.Exa. conduz esta audiência é justamente para ouvir, para que possa compilar um texto que seja o mais harmônico possível. Ao invés de dividir, nós precisamos hoje unir aquilo que é de interesse do País. No texto que V.Exa. vai apresentar a este Plenário, vamos unir aqueles que estão interessados em preservar e também em produzir.

Era o que tinha a dizer, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Beto.

Passo a palavra agora ao Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabenizo-o por estar à frente de um dos temas mais complexos não apenas no Brasil, mas no mundo, que é o meio ambiente.

De um lado, Presidente, existem aqueles que estão dizendo nas ruas que o Bolsonaro está com um palito de fósforo botando fogo na Amazônia. Existem aqueles que defendem mais os Macrons da vida do que a soberania nacional. Do outro lado há índios dizendo: "*Estão invadindo as minhas terras. Não estão levando em conta a história do nosso povo, daqueles que viveram em períodos pretéritos*". O grupo do agronegócio diz: "*Olhem, estão inviabilizando o agronegócio brasileiro*". A verdade é que temos que admitir que estamos unidos pela nossa Bandeira Nacional, mas divididos em vários temas, talvez no esforço, que não é muito interessante, de querer agradar a gregos e a troianos. É preciso ter posição.

Anotei alguns pontos aqui, Sr. Presidente. Primeiro, acredito eu que V.Exa. tem analisado a realidade social de um país que tem cerca de 14% de desempregados e sabe o quanto o agronegócio gera de emprego nesse torrão pátrio e sabe quantos por cento do Produto Interno Bruto nascem do agronegócio. Jamais poderíamos desprezar este viés que é a cara do Brasil. Em outro ponto, Sr. Presidente, eu analiso o excesso de regras. Por exemplo, no meu Estado — e eu respeito os funcionários dali —, nós temos o IBAMA, o CIPAMA, o NATURATINS e o Ministério Público englobando tudo isso e dando canetada muitas vezes até dentro do que estabelece a lei e que não diz respeito a esses órgãos. É um excesso de regulamentação. O nosso produtor e aquele que quer produzir muitas vezes não sabe se vai agradar a A, B ou C. É preciso criar, sim, uma regra geral.

Em outro ângulo, Sr. Presidente, eu devo registrar que parte dos órgãos ambientais, ou todos eles, e parte dos seus funcionários têm uma visão mais punitiva do que colaborativa. Coloque fogo em algum lugar, ligue para um 0800 e veja se vai ter ajuda. No entanto, no outro dia, alguém vem para multar, quando às vezes o cidadão não é culpado por aquele fogo. Eu estava, Presidente, em um debate com o Ministério Público Federal que falava do Lago de Palmas, no Tocantins. Chegou uma hora em que eu parei e disse: Meu querido debatedor do Ministério Público, do jeito que o senhor está dizendo nós temos que preservar tanto, mas tanto, mas tanto que nem os aviões poderão passar em cima do lago, porque vai perturbar o sossego dos animais que vivem ali às margens do lago e nós, mortais comuns, como cidadãos de outro planeta. Ele olhou para mim, fez cara feia, e eu disse: Precisamos de um ponto de equilíbrio, e essa é a máxima do meu debate.

Em outro ângulo, Sr. Presidente, também liberar licença não pode ser história que leva muito tempo. É preciso haver prazo limitado para isso.

Encerrando, eu devo dizer a V.Exa. que um dos grandes erros que eu percebo nessa questão, além do excesso de regulamentos, além do excesso de prazos, Sr. Presidente, um problema muito sério que nos aflige também é a questão da falta de política para multiplicar, meu querido Deputado Beto Pereira. Ora, todos sabem que em 1 hectare de terra de pastagem pode caber apenas um bovino, um animal. Mas se houver o investimento correto podem caber dez bovinos. Então, é preciso se trabalhar a política da calagem, da fosfatagem, da multiplicação daquilo que já se tem para que aquilo que já temos possa produzir muito mais. É um rápido resumo.

Parabéns, Sr. Presidente. V.Exa. fique sabendo de uma coisa: nunca vai dar conta de agradar a todos. A missão é difícil, mas necessária para um Brasil novo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguirí. DEM - SP) - Muito obrigado, Deputado Eli Borges.

Com a palavra o Deputado Zé Vitor.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Sr. Presidente, boa tarde. Antes de mais nada, quero parabenizá-lo, Deputado Kim Kataguirí, pelo seu equilíbrio e pela sua disposição em manter o diálogo vivo. Falo isso de coração aberto.

Eu trago aqui hoje uma pequena reflexão sobre um episódio que ocorreu comigo na última semana, aqui nos corredores da Casa. Uma moça, dessas que frequentemente nos param para fazer pesquisa, pediu-me para dar uma nota, de zero a cinco, em que zero era pouca urgência e cinco era muita urgência, a temas que estão sendo discutidos nesta Casa. E à medida em que ela apresentava um tema, eu dizia se considerava muito urgente ou pouco urgente. Ela citou reforma tributária e tudo o mais, até que chegou num ponto: a flexibilização do licenciamento ambiental. E essa expressão me chamou muito a atenção, porque não é esse o propósito que nós temos tido aqui.

Nós não estamos buscando flexibilizar nada. Isso é até uma afronta com todo o trabalho que temos dedicado a esse grupo de trabalho e com o que nós temos feito nesta Casa. São audiências públicas, reuniões e mais reuniões, trabalho e mais trabalho, mas não buscando flexibilizar. Essa é uma palavra que realmente pode soar muito mal. Pode parecer que nós estamos querendo desproteger o meio ambiente. Em vez de flexibilizar, eu enxergo que nós estamos tentando racionalizar a legislação, dar um pouco mais de segurança e criar padrões, algo que seja mais claro para garantir para quem quer produzir um mínimo de segurança no País.

Eu enxergo que alguns pontos — e discuti agora há pouco com a equipe aqui — são divergentes, e eu até entendo. Eu noto que a responsabilidade na definição de tipologias e critérios, como CONAMA, Estados e Municípios, é um ponto realmente divergente. E eu quero manifestar aqui a minha opinião. Eu acredito que são os Estados e os Municípios os capazes, são eles que são capazes, diante das peculiaridades, das características, de cada particularidade. Eu vejo que isso é mais seguro na mão de Estados e Municípios. Não vejo outra forma de fazermos isso. O Brasil é plural. São muitos brasis que nós temos por aqui. Não vejo isso como algo tão negociável nesse momento.

Eu vejo também que há uma divergência entre a posição dos órgãos intervenientes. Acho que eles são importantes, mas cada um no seu quadrado e cada um no seu momento. Nós precisamos dar voz. É necessário que eles tenham voz, mas cada um no seu momento, cada um no seu tempo, com prazo pré-estabelecido e de modo não vinculante, senão vamos criar dentro do licenciamento um momento para resolvermos todos os problemas do País.

Por último, eu falo aqui mais uma vez, como engenheiro agrônomo, para que nós tenhamos muito cuidado em não criar normas para fiscalizar normas. E eu falo especificamente para o agro, lembrando que o agronegócio vai do pequeno ao grande produtor rural. Todos nessa cadeia fazem parte do agronegócio. Se tratamos de recursos hídricos, nós já temos normas específicas para isso. Se um analista vai até a uma propriedade rural, para fazer um relatório, para conseguir uma licença ambiental, quando ele vai fiscalizar a questão de defensivos agrícolas, mais uma vez ele está criando um

procedimento burocrático para fiscalizar uma norma que já existe e que está escrita em outro lugar. Então, nós não podemos criar mais um rito burocrático, uma norma para cumprir normas. Isso não pode acontecer.

Fica registrada aqui a minha contribuição. Se há pontos a serem melhorados, vamos trabalhar nisso rapidamente, nesta semana, nos próximos dias. Acho que nós temos condição. Temos um texto muito maduro.

Quero aqui dizer que gostei dos avanços. Eu tenho gostado dos avanços. Ninguém aqui pode dizer que o diálogo não está aberto. Ninguém aqui pode dizer isso. Isso é uma injustiça com quem tem trabalhado, principalmente eu me refiro de coração a V.Exa., Deputado Kim Kataguiri. Reconheço o seu trabalho. Diálogo não tem faltado. Sobre um projeto de lei de 15 anos, debutando nesta Casa, com audiência pública atrás de audiência pública, reunião atrás de reunião, ninguém pode dizer uma coisa dessa. Então, tenho gostado dos avanços e acredito que nós estamos muito próximos de um texto ideal.

Foi muito válido este momento. Tenho certeza de que foi um momento extremamente positivo.

Bom trabalho a todos.

(Durante o discurso do Sr. Zé Vitor, o Sr. Kim Kataguiri, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Aline Sleutjes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Aline Sleutjes. PSL - PR) - Concedo a palavra ao Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado a todos que compareceram a esta Comissão Geral. Vou falar brevemente em 3 minutos. A sessão tem de acabar às 19 horas e acabará às 19 horas. Tenho esse compromisso com a Mesa.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de elogiar o trabalho de jornalismo honesto feito por veículos de comunicação. Refiro-me especificamente ao *SBT*, à *BAND*, ao *Estadão* e à *Folha de S.Paulo*, que realmente refletiram de forma fidedigna o que foi feito no meu texto. Repudio a postura absolutamente não profissional da *Rede Globo*, que veiculou, no seu jornal com maior audiência, 3 minutos de ataques ao texto — boa parte deles foram ataques mentirosos. Apenas 30 segundos foram para dar explicação ou para fazer o contraponto em relação ao texto. Isso não é jornalismo. Respeito a imprensa, que acredito seja fundamental para o exercício da democracia, tanto que comecei elogiando veículos de imprensa. Mas, infelizmente, o que se fez nessa ocasião não foi jornalismo.

Vou focar nos dois pontos que geraram mais polêmica em relação ao quarto texto, deixando bastante claro, como foi colocado pelo Deputado Zé Vitor, que não houve nenhum tipo de traição, não houve nenhum tipo de farsa, pelo contrário. Se houve um Relator da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, disso há histórico... Aliás, alguns Deputados colocaram aqui que a discussão se dá há 15 anos. Errado! A discussão acontece há mais de 30 anos. Desde 1988, tenta-se criar uma lei geral de licenciamento ambiental neste Parlamento. Então, se há um tema que foi debatido neste Parlamento, esse tema é a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, ainda mais sob a minha relatoria, que foi a primeira vez em que houve diferentes relatórios colocados a público, e não apenas no momento de se votar no Plenário.

No primeiro ponto, não. Não existe nenhum tipo de permissão para se abrir estrada na Amazônia sem licenciamento. Isso seria absolutamente inconstitucional, cairíamos no próximo dia, além de ser uma irresponsabilidade tremenda. Isso não existe. O que existe é o licenciamento por adesão e compromisso para a ampliação de capacidade, para modernização, para manutenção de estradas, de rodovias que já existem dentro da faixa de domínio e servidão que já foi licenciada. É isso o que está na letra da lei do quarto relatório colocado no grupo de trabalho. Então, toda nova estrada, toda nova rodovia precisa passar pelo processo mais rigoroso, que é o do licenciamento com EIA-RIMA.

Agora, a meu ver, não faz o menor sentido a crítica em relação à inclusão ou à exclusão da Licença de Operação para empreendimentos lineares, porque em nenhum lugar do mundo se licencia operação de empreendimento linear. A instalação do asfalto já permite a passagem do carro, assim como a instalação do trilho já permite a passagem do trem, e a operação tem exatamente o mesmo impacto da instalação.

Era isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Aline Sleutjes. PSL - PR) - Muito obrigada, Deputado Kim Kataguiri, Presidente desta Comissão.

ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTE (Aline Sleutjes. PSL - PR) - Tendo sido alcançada a finalidade da presente Comissão Geral, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Ordinária para amanhã, terça-feira, dia 10 de setembro, às 14 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 459, de 2017; Projetos de Lei nºs 2.538 e 1.619,

de 2019; 3.688, de 2000; e 3.820, de 2019; Projeto de Lei Complementar nº 461, de 2017; Projetos de Lei nºs 3.723, de 2019; e 1.292, de 1995; e Proposta de Emenda à Constituição nº 471, de 2005.

Lembro que haverá Sessões Não Deliberativas Solenes amanhã, terça-feira, dia 10 de setembro: às 9 horas, em homenagem ao aniversário de 30 anos da Universidade Federal de Roraima – UFRR; às 11 horas, em comemoração aos 70 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB.

Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)